

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ELIA MARCIA CÔRTEZ

**O IMPACTO DO SAERJINHO NAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO EXTERNA E
INTERNA EM UMA ESCOLA DO NOROESTE FLUMINENSE**

JUIZ DE FORA
2013

ELIA MARCIA CÔRTEZ

**O IMPACTO DO SAERJINHO NAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO EXTERNA E
INTERNA EM UMA ESCOLA DO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

JUIZ DE FORA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIA MARCIA CÔRTEZ

O IMPACTO DO SAERJINHO NAS CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO EXTERNA E INTERNA EM UMA ESCOLA DO NOROESTE FLUMINENSE

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora, designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/FACED/UFJF, aprovada em
15/08/2013.**

Membro da banca – Professor Lourival Batista de Oliveira Júnior

Professora Carolina Alves Magaldi

Professor Cristiano Machado Costa

Juiz de Fora, setembro de 2013.

DEDICATÓRIA

A todos os que me incentivaram, desde o momento da inscrição e continuaram a me apoiar ao longo destes dois anos de caminhada, especialmente aos familiares e colegas de trabalho que entenderam e cobriram os momentos inevitáveis de ausência.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e força para perseverar. Sem Sua luz, não chegaria aqui.

À Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, por oportunizar minha participação neste mestrado.

Ao professor Lourival Batista, pelo acolhimento, incentivo e correções para o aprimoramento deste trabalho.

Aos tutores Roberto Perobelli, que viu o início de minha caminhada e, especialmente, a Juliana Magaldi pelo acompanhamento assíduo e sistemático, mesmo à distância, e por me transmitir segurança e confiança nos momentos de desânimo e temor.

Aos amigos da escola e sujeitos da pesquisa que se dispuseram a colaborar, participando comigo deste e de tantos outros momentos importantes.

Aos colegas da turma de 2011, do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pelos momentos de troca e partilha, nos períodos presenciais em Juiz de Fora e à distância através da Rede.

E, por fim, aos amigos *Daniel Pinheiro, Paulo Dutra e Sandra Menezes*, companheiros do início ao fim nesta caminhada. Nestes dois anos, fomos 'família' nos períodos presenciais e, nas atividades à distância, aproximamo-nos através dos recursos que a tecnologia nos oferece. Dividimos conhecimentos, preocupações, alegrias e conquistas. Estes dois anos ficarão marcados na nossa história, pelo aprendizado conquistado e pela amizade construída.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar o impacto da Avaliação diagnóstica bimestral Saerjinho na rotina de uma escola estadual da região Noroeste do estado do Rio de Janeiro, verificando se há influências desse processo avaliativo na concepção de avaliação externa e interna dos atores escolares e se essas influências são positivas. O Saerjinho foi implantado em 2011, como parte do Sistema de Avaliação da Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de ser um instrumento para identificação das dificuldades dos alunos, possibilitando intervenções dos gestores e professores, antes da avaliação anual, o SAERJ. Desde que foi implantado, o Saerjinho parece ter influenciado a concepção de gestores, professores e alunos, da escola em análise, sobre a avaliação, provocando uma mudança de mentalidade e de postura em relação à mesma e, especialmente, em relação às avaliações sistêmicas. Para o desenvolvimento da pesquisa, são utilizados dois procedimentos: a entrevista com alguns representantes da comunidade escolar, direta ou indiretamente envolvidos no processo de avaliação diagnóstica bimestral, e a observação participante, pela qual se verifica o ambiente escolar e o envolvimento da comunidade com a referida avaliação. Neste trabalho, discutem-se, ainda, as contribuições desta avaliação diagnóstica para os desafios da qualidade da educação, na escola, enquanto microcosmo, uma vez que a qualidade é o grande desafio da gestão educacional no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Saerjinho. Avaliação. Qualidade da educação.

ABSTRACT

This study proposes to investigate the impact of bimonthly diagnostic evaluation Saerjinho at the state school routine in northwest region in the state of Rio de Janeiro, demonstrating whether there are influences by this process of assessment in the school agents conception of internal and external evaluation and whether these influences are positive. *Saerjinho* was first applied in 2011 as part of Assessment System of the Education Department State aiming to be an instrument to identify students' difficulties and enabling interventions of principals and teachers before *SAERJ*, the annual assessment. Since it was implemented *Saerjinho* seems to have influenced managers, teachers and students conceptions over the school in question about evaluation causing mentality and attitude changing toward it and especially regarding systemic assessments. In order to develop this research two techniques are applied: the interview with some school community representatives, either directly or indirectly involved in the process of bimonthly diagnostic evaluation and active observation in which we observe school environment and its involvement with that assessment. In this dissertation we also discuss the contributions of this diagnostic evaluation to the challenges of education quality at school as microcosm, since quality is the greatest challenge of education administration in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Saerjinho. Assessment. Quality of education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

D.O. – Diário Oficial

DOERJ – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

EF – Ensino Fundamental

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EM – Ensino Médio

GIDE – Gestão Integrada da Escola

GLP – Gratificação por Lotação Prioritária

ID – Índice de Desempenho

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDERJ – Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro

IF – Índice de Fluxo

IGT – Integrante de Grupo de Trabalho

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PPGP – Programa de Pós-Graduação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RADM – Relatório de Avaliação de Desvio de Metas

RV – Remuneração Variável

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAERJ – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados da Escola no SAERJ, de 2009 a 2012, 3ª série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, por níveis de proficiência.....	28
Gráfico 2 – Resultados da Escola no SAERJ, de 2009 a 2012, 3ª série do Ensino Médio, em Matemática, por níveis de proficiência.....	29
Gráfico 3 – Resultados da Escola no SAERJ, de 2009 a 2012, 9º Ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, por níveis de proficiência.....	31
Gráfico 4 – Resultados da Escola no SAERJ, de 2009 a 2012, 9º Ano do Ensino Fundamental, em Matemática, por níveis de proficiência.....	32
Gráfico 5 – Comparativo dos Resultados do 9º Ano do Ensino Fundamental, em Matemática, no SAERJ 2012, por níveis de proficiência.....	33
Gráfico 6 – Evolução do Saerjinho na 3ª série do Ensino Médio, em 2011.....	39
Gráfico 7 – Evolução do Saerjinho na 3ª série do Ensino Médio, em 2012.....	40
Gráfico 8 – Evolução do Saerjinho no 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2011....	41
Gráfico 9 – Evolução do Saerjinho no 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2012....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação sistematizada dos entrevistados.....	14
QUADRO 2 – Demonstrativo dos Resultados do IDEB, da escola em análise.....	20
QUADRO 3 – Demonstrativo dos Resultados da Escola no SAERJ de 2009 a 2012 – 3ª série do Ensino Médio, em valores de proficiência.....	27
QUADRO 4 – Demonstrativo dos Resultados na Escola no SAERJ de 2009 a 2012 – 9º Ano do Ensino Fundamental.....	30
QUADRO 5 – Demonstrativo da Evolução da Escola nos níveis de proficiência em Português e Matemática, da Prova Brasil, de 2007 a 2011 – 9º Ano do Ensino Fundamental.....	34
QUADRO 6 – Ações, público-alvo e responsáveis pela ação colaborativa de formação docente.....	83
QUADRO 7 – Avaliando a Avaliação: cronograma de ações e responsáveis.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS	16
1.1 IDERJ – Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro.....	21
1.2 SAERJ - Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro.....	24
1.3 Saerjinho – Avaliação diagnóstica bimestral.....	35
1.4 Programas e estratégias da SEEDUC ligados ao Saerjinho.....	42
1.4.1 Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – UFJF.....	43
1.4.2 Bonificação por resultados.....	43
1.4.3 Formação Continuada para Professores.....	45
1.4.4 PRONATEC.....	45
1.4.5 Programa Renda Melhor Jovem.....	46
1.4.6 Programa Jovens Turistas.....	47
1.5 A escola.....	48
1.6 O Saerjinho na escola analisada.....	49
2. A ESCOLA E O SAERJINHO: UMA INTERAÇÃO POSITIVA	59
2.1 As Avaliações Externas na escola em análise, antes do Saerjinho.....	61
2.2 Com o Saerjinho, o que mudou?.....	63

2.3 A atuação da equipe gestora frente aos programas ligados ao Saerjinho...	67
2.3.1 O diálogo da gestão com o Programa de Formação Continuada.....	67
2.3.2 A ação gestora na implantação do Currículo Mínimo na escola.....	70
2.3.3 Gestão Escolar e trabalho com as Matrizes de Referência.....	74
2.3.4 A ação gestora frente aos programas discentes.....	75
2.3.5 Extensão do Saerjinho a outras modalidades de ensino.....	76
3. AÇÕES PARA RESULTADOS EFICAZES.....	79
3.1 Ações desenvolvidas em colaboração.....	81
3.2 Para uma adequada apropriação de resultados.....	84
3.2.1 Entendendo os processos avaliativos.....	85
3.2.2 Detalhamento da proposta.....	87
3.3. Um dia para “Avaliar a Avaliação”.....	88
3.3.1 A colaboração da IGT.....	89
3.3.2 O que caberá à Equipe Gestora.....	90
3.3.3 Cronograma de Ações – Dia do “Avaliando a Avaliação”.....	91
3.4 Articulando as propostas.....	93
3.5 Considerações finais.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE.....	99
ANEXO.....	100

INTRODUÇÃO

A proposta de analisar os efeitos e contribuições de uma política para a educação pública é bastante desafiadora, uma vez que a educação é um dos direitos fundamentais do cidadão e, no Brasil, ao longo de anos, esta área passou por experimentos que nem sempre resultaram em melhorias para o público a que se destinaram. Dessa forma, avaliar as políticas é uma necessidade para que as mesmas possam se converter, de fato, em propostas para o bem comum, especialmente na educação que tem função tão importante na vida da sociedade.

Há alguns anos, o Brasil e os estados da federação têm passado pela experiência das avaliações em larga escala, na busca constante de implementar a tão desejada qualidade da educação, entendendo-se que avaliar é o caminho para corrigir rotas, aprimorar metodologias e reformular políticas, quando necessário.

Nesta perspectiva da qualidade do ensino, o estado do Rio de Janeiro criou o IDERJ (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado do Rio de Janeiro), seguindo o modelo nacional do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), buscando monitorar o trabalho realizado na Rede Estadual de Ensino, com a finalidade de elevar a qualidade do ensino fluminense.

Para verificação do IDERJ, acontece a avaliação do desempenho dos alunos, através de prova aplicada às séries finais de cada etapa da educação básica e, também, a análise do fluxo interno de cada unidade de ensino, considerando-se alunos aprovados, retidos, evadidos, etc. A aferição do IDERJ, portanto, dá-se a partir de uma avaliação externa anual, denominada SAERJ, a qual compõe o Sistema de Avaliação da Educação no Rio de Janeiro, que, a partir de 2011, passou a agregar também o Saerjinho.

O Saerjinho é uma avaliação externa, diagnóstica e bimestral, aplicada aos alunos de 5º e 9º Ano do Ensino Fundamental e de todas as séries do Ensino Médio, inicialmente com avaliações de Língua Portuguesa e Matemática e, atualmente, também com provas de Ciências. A função desse sistema de avaliação é monitorar a qualidade do trabalho realizado, bem como verificar as condições de aprendizagem dos alunos para promover as intervenções necessárias, antes da avaliação final – o SAERJ. Assim, esta avaliação configura-se como um importante instrumento de

verificação das habilidades construídas, pelos alunos, com vistas a prepará-los melhor para a avaliação externa anual.

A presente pesquisa busca analisar esta nova política de avaliação da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, verificando especificamente sua influência no cotidiano de uma escola da região Noroeste do estado e seu impacto nas concepções de avaliação externa e interna dos atores escolares.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de que, desde a instituição dessa avaliação, são observadas mudanças na rotina escolar, principalmente em relação às avaliações em larga escala. Os docentes parecem mais comprometidos e empenhados na busca de melhores resultados e os alunos demonstram interesse nas avaliações e em seus resultados, segundo a minha percepção.

Para o desenvolvimento da investigação, foram utilizados os seguintes métodos: a observação participante e entrevistas. Na observação participante, como atuo na gestão da unidade escolar em análise, procurei me afastar, ainda que parcialmente, para observar de maneira mais realista o ambiente de trabalho, as ações dos diversos atores escolares e as práticas dos docentes, diretamente envolvidos com o Saerjinho, a cada bimestre.

Foram examinados os diários de classe, nos quais os docentes registram as práticas diárias, para observar se as atividades implementadas contemplam o Saerjinho e também se pode verificar, junto ao setor de cópias da escola, a tiragem de exercícios, e outros impressos, destinados ao trabalho em preparação dos alunos para o Saerjinho. Esta verificação não encontrou dificuldades, pois há na escola um controle bimestral do número de cópias, por docente.

Para as entrevistas, foram selecionados dois professores de Língua Portuguesa, dois de Matemática, dois de Ciências da Natureza e um de Ciências Humanas. A seleção teve por objetivo contemplar as disciplinas que são avaliadas no Saerjinho, dando-se ênfase aos docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, por serem estas as disciplinas mais exigidas em todas as avaliações de larga escala. Nesta coleta de dados, os docentes foram informados previamente sobre o teor da pesquisa, de modo a perceberem a importância de que as respostas fossem objetivas e que retratassem, verdadeiramente, os seus pontos de vista sobre a questão, independentemente de sua posição de professor em relação ao posicionamento da gestora.

Não houve grande resistência em discorrer sobre o assunto, somente algum temor em relação à gravação da entrevista, em razão de os professores não estarem habituados a lidar com os equipamentos de captação de voz, mas todos se dispuseram a superar esse temor e colaborar para a pesquisa, de maneira individual e responsável, explanando sobre seu posicionamento em relação ao Saerjinho.

As impressões coletadas nas entrevistas são inseridas ao longo do texto para o entendimento da relação da escola com o Saerjinho, ratificando que essa interação é positiva para o processo ensino-aprendizagem, em que se perseguem os padrões de qualidade.

QUADRO 1: Relação sistematizada dos entrevistados:

Nome do professor ¹ :	Disciplina em que atua:	Tempo de trabalho na escola:
Amora	Língua Portuguesa	22 anos
Karen	Língua Portuguesa	05 anos
Júlia	Matemática	11 anos
Silma	Matemática	29 anos
Sílvio	Ciências	04 anos
Elena	História	12 anos
Walma	Ciências (Física)	18 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevista semiestruturada, não há nas falas dos pesquisados conclusões definitivas, mas suas impressões e ações relacionadas ao processo avaliativo – o Saerjinho, propriamente, e a outros programas a ele vinculados.

O trabalho está organizado em três capítulos, assim distribuídos: no primeiro é feita a descrição do ambiente da pesquisa e, também, são discutidos os mecanismos de avaliação da qualidade da educação, adotados no estado do Rio e sua repercussão no contexto escolar de referência. No segundo capítulo, são apresentados, de maneira mais incisiva, os dados coletados na pesquisa realizada entre os atores escolares, como também a análise desses dados, para verificação

¹ Nomes fictícios utilizados no intuito de resguardar a identidade dos entrevistados.

dos efeitos do Saerjinho na rotina da escola em análise. No terceiro e último capítulo, são desenvolvidas proposições de ação, a partir dos resultados verificados na pesquisa, de forma a consolidarem-se os efeitos positivos ou corrigir a rota, a partir das deficiências observadas no processo.

Por fim, nas considerações finais da pesquisadora, são retomadas as contribuições do trabalho, verificando o alcance dos objetivos e discutindo-se as limitações da pesquisa, uma vez que o contexto de referência é ambiente familiar à autora e, mesmo buscando o distanciamento necessário para uma análise imparcial, podem aparecer no texto resquícios dessa proximidade.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O presente trabalho intenciona verificar o impacto da avaliação bimestral Saerjinho dentro de uma escola da região Noroeste do estado do Rio de Janeiro, constatando se na escola essa avaliação vem, de fato, cumprindo os objetivos expressos no desenho dessa política – que são acompanhar a evolução do processo ensino-aprendizagem e seus resultados, e propiciar intervenções de reforço junto aos alunos e de capacitação dos professores (CAEd, 2011) apontando, assim o envolvimento da equipe, bem como resultados e efeitos da implementação dessa política no cotidiano escolar.

A escola em análise localiza-se no município de Italva, que está ligado, segundo a nova estrutura da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), à Regional Noroeste Fluminense.

A mudança na estrutura da SEEDUC-RJ foi parte de um Programa de Educação, lançado em 2011, que tem por finalidade promover a melhoria dos resultados da Educação, estabelecendo como desafio e meta para o ensino no estado do Rio estar entre as cinco primeiras posições no *ranking* da Educação Nacional até 2014 (SEEDUC, 2011).

Vale ressaltar que o estado do Rio de Janeiro ocupou o penúltimo lugar, na classificação dos estados, pela aferição do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2009. Esta situação levou a SEEDUC a organizar um Planejamento Estratégico, o qual apresenta diversas propostas para a educação, que visam o alcance da meta descrita acima.

A nova estrutura da SEEDUC começou a vigorar em abril de 2011, quando as trinta Coordenadorias Regionais foram transformadas, conforme o Decreto 42.838, de 04 de fevereiro de 2011, em quatorze Diretorias Regionais Pedagógicas, cujas atribuições compreendem, entre outras, a supervisão e implantação de programas e projetos pedagógicos, entre os quais estão as avaliações externas e diagnósticas, com o necessário acompanhamento de seus resultados (DOERJ, 07/01/2011, p. 1).

Foram criadas, também, através do mesmo decreto, quatorze Diretorias Regionais Administrativas, que têm a função de acompanhar o desenvolvimento de todas as questões administrativas que envolvem as escolas.

A Regional Noroeste Fluminense² tem sede no município de Itaperuna, compreendendo, além deste, os seguintes municípios: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai e Italva.

A unidade escolar, foco desta pesquisa, atende a aproximadamente 400 alunos, nas seguintes modalidades: Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano, Ensino Médio Regular e EJA, e Ensino Profissional – Curso Técnico em Contabilidade, além do Projeto Autonomia³.

A atual equipe gestora, da qual faço parte, assumiu a direção da escola no ano de 2009 e, nesse período, a escola não contava com Coordenador Pedagógico, permanecendo assim por três anos. Em 2012, uma das coordenadoras, que havia deixado o cargo em 2008, retornou à escola para ocupar a mesma função, uma vez que, durante seu afastamento, nenhum servidor se habilitou a exercer tal atividade, ficando as atribuições de coordenação pedagógica acumuladas pela direção da escola. Há 43 professores, em efetiva docência, lotados na escola – alguns com carga horária ampliada, em regime de GLP⁴; há três agentes de leitura – professores que atuam na biblioteca, dedicando-se principalmente ao fomento da leitura na escola, um responsável pelo laboratório de informática, três coordenadores de turno, três professores articuladores pedagógicos, secretária e pessoal de apoio.

A escola conta com biblioteca, laboratório de informática e de ciências, sala de vídeo, auditório, quadra poliesportiva, além de outras dependências. O corpo docente da escola, em geral, assume as propostas do órgão gestor e da escola, sem criar oposições, o que se pode constatar, por exemplo, pelo envolvimento da maioria com o Currículo Mínimo – nova proposta de organização curricular da SEEDUC-RJ, e pela participação de vários professores na formação continuada oferecida pela Secretaria, a qual está associada a este Currículo e ao Saerjinho. Todos os docentes do ensino regular organizaram seus planos de curso rigorosamente em

²Na nova estrutura da SEEDUC-RJ, foram estabelecidas as seguintes regionais: Baixadas Litorâneas, Centro-Sul, Médio Paraíba, Metropolitanas (sete regionais), Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e duas Serras (RIO DE JANEIRO, 07/02/11, p. 1-2).

³Projeto Autonomia – programa de Aceleração de Estudos, implementado pela SEEDUC-RJ em parceria com a Fundação Roberto Marinho, com a finalidade de corrigir a distorção idade-série apresentada por muitos alunos do ensino fundamental e médio (Sítio da SEEDUC-RJ: www.educacao.rj.gov.br. Acesso em 05dez.2012).

⁴GLP (Gratificação por Lotação Prioritária) – regime de ampliação de carga horária. (IDEM)

acordo com esta nova proposta e, de acordo com as pesquisas realizadas pela Integrante do Grupo de Trabalho, do sistema de informações da GIDE⁵, mais de 90% desses docentes têm atendido às demandas do referido currículo, em seu trabalho diário. Além disso, nos eventos organizados pela escola – reuniões pedagógicas, projetos extracurriculares etc. – é possível contar com a participação e empenho de todos.

Entre os alunos, normalmente, não acontecem na escola problemas mais sérios, como práticas violentas, o que se constata pela boa conservação do prédio escolar e pelos poucos registros de ocorrências de tais práticas na escola. Os registros de ocorrências são feitos em cadernos destinados a esse fim, para cada turma. As ocorrências em sala de aula são registradas pelos professores e as que se dão em ambiente extraclasse são registradas pela Direção ou pela Coordenação do turno. Durante o ano de 2011, apenas uma ocorrência de agressão/briga entre alunos, no pátio da escola, foi registrada.

Mesmo não havendo sérios problemas de disciplina e tendo um corpo docente bastante comprometido, era perceptível na escola a necessidade de uma atuação mais efetiva em prol da melhoria da aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, dos indicadores da escola, pois esta apresentava índices preocupantes de reprovação, em torno de 40% no ensino fundamental e de 30%, no ensino médio. Isto, na prática, demonstra que numa turma de 8º ano, por exemplo, com 30 alunos em sala, ao final do ano letivo, promoviam-se menos de 20 alunos ao 9º ano escolar. Ou que numa turma de 1ª série do ensino médio, com 27 alunos, oito ficavam retidos na série ou eram promovidos em regime de progressão parcial, chamado de Dependência, de acordo com os registros em diários de classe, fichas individuais e relatórios, em arquivo da secretaria escolar.

Considerando-se a realidade em que a escola está inserida, por ser localizada em cidade do interior, sem alto índice de problemas sociais, tais como abandono infantil, consumo de drogas ilícitas, moradores de rua, etc. que pudessem afetar o desempenho escolar dos educandos, alcançar aprovação de menos de 70% dos

⁵ GIDE – Sistema de Gestão Integrada da Escola, desenvolvido pelo INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial), em que integra os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional, com foco em resultados da atividade fim, processo ensino aprendizagem. (GODOY e MURICI, 2009). O Programa tem sido implementado nas escolas da Rede Estadual, desde 2011.

alunos na educação básica era um sinalizador de atenção e um estímulo ao empreendimento de ações corretivas.

Além do baixo índice do Fluxo Escolar⁶, os índices da avaliação externa também chamavam a atenção, pois, depois de ter alcançado a nota 5.1, em 2005, na primeira aferição do IDEB, a unidade apresentou uma queda significativa com a nota 4.0, em 2007.

O trabalho da direção passou a ser voltado para esses resultados, que começaram a se reverter: em 2009, a escola teve um crescimento de dois décimos no IDEB, passando para 4.2, o que mesmo não sendo um avanço expressivo, representava uma reação. No SAERJ de 2010, a escola teve quase 40 alunos premiados⁷ com *laptop* pela SEEDUC, em virtude do bom desempenho alcançado na avaliação estadual. Esta premiação objetiva incentivar os alunos para que realizem uma avaliação com seriedade e interesse, uma vez que a mesma será utilizada para a avaliação da escola, dando a possibilidade a cada aluno de fazer uma autoavaliação de sua aprendizagem.

A partir de 2011, com o novo programa de educação da Secretaria Estadual, os desafios só aumentaram e o gestor se tornou, cada vez mais, o grande responsável por promover o incremento dos indicadores da escola, como afirma LÜCK (2009, p.22): “O diretor escolar é o principal responsável pelo norteamento dos resultados da escola, competindo a ele zelar pela realização dos objetivos educacionais e pelo alcance da qualidade”.

CARDOSO e CUNHA (1993, p.17), também corroboram tal responsabilidade atribuída à equipe gestora da escola: “o gestor atual, mais do que o domínio técnico de sua área, apresenta capacidades e conhecimentos que permitem caracterizá-lo como especialista em resultados, em mudanças e em gente”.

O gestor, portanto, precisa ter o conhecimento técnico das exigências específicas de suas funções, mas deve também ter a preocupação constante com

⁶ Fluxo Escolar – Trata-se da análise do comportamento da progressão dos alunos pertencentes a uma coorte, em determinado nível de ensino seriado, em relação à sua condição de promovido, repetente ou evadido.

⁷A premiação está prevista na legislação que instituiu o SAERJ (Resolução SEEDUC Nº 4.437). Embora a Resolução não especifique o prêmio a ser oferecido, em todas as edições do SAERJ, o governo estadual ofereceu computadores portáteis aos alunos que apresentaram bom desempenho.

sua própria formação para acompanhar e atender às demandas da educação, dentro de sua unidade e no contexto da rede em que está inserido, para que possa conduzir as ações mobilizando todos os que atuam na escola para que se unam na busca desses resultados, de maneira que possam se apropriar das políticas implementadas, adequando-se e atendendo às exigências das novas propostas, sem perder ou negligenciar a própria identidade, construída pela comunidade que dirige.

Para o desempenho de tais atribuições, o gestor precisa coordenar e conciliar os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão e, neste novo programa de educação do estado do Rio de Janeiro, tal habilidade se faz especialmente necessária: são muitas as mudanças que estão em curso, com o planejamento estratégico da SEEDUC, sendo imprescindível estar sempre a par de tudo o que acontece, a fim de se detectarem os pontos frágeis que exigem maior atenção e que sejam passíveis de intervenção para que o trabalho da escola possa fluir, na busca das metas de crescimento o que, reiteramos, somente será possível pela promoção de uma gestão participativa, com envolvimento da comunidade escolar e foco especial na gestão pedagógica da escola.

Com este foco na gestão pedagógica, os membros da comunidade escolar do colégio começaram a observar a reversão dos baixos resultados, o que se mostrou mais evidente, quando a escola alcançou a nota 5.0, na aferição do IDEB de 2011, que se configurou como uma resposta positiva ao trabalho realizado. A seguir, é possível constatar a variação do IDEB da escola pelo quadro 2.

QUADRO 2: Demonstrativo dos resultados do IDEB, da escola em análise (aqui, denominada Escola X):

UF	Município	Nome da Escola	Rede de Ensino	Série/Ano
Rio de Janeiro	Italva	Escola X	Estadual	8ª série/ 9º ano
Escola	IDEB realizado:			
	2005	2007	2009	2011
Escola X	5.1	4.0	4.2	5.0

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do INEP, 2012.

Considerando-se que os índices de desempenho dos alunos nas avaliações externas refletem a realidade do cotidiano escolar, esta evolução de resultados, apresentada no IDEB, confirmou-se com a avaliação interna da escola: em 2011, os

índices de aprovação apresentaram uma elevação significativa, tendo a escola realizado o Índice de Fluxo Escolar de 0.89, no ensino fundamental, e de 0.94, no ensino médio. Esses resultados, combinados com o desempenho dos alunos na avaliação do SAERJ, contribuíram para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria para a escola e, conseqüentemente, para que os servidores da unidade fizessem jus à bonificação⁸, oferecida pelo Governo Estadual.

Para que possamos nos dedicar a apresentar uma descrição da escola, que é o objeto de análise do presente trabalho, é preciso entender as mudanças implementadas na educação fluminense e, para tal, faz-se necessário descrever o contexto da rede estadual de ensino atualmente. Em função disso, passamos, agora, à apresentação do IDERJ (Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro), que busca aferir a qualidade do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pelas escolas da Rede Estadual de Ensino e do SAERJ (Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro), o qual compreende a avaliação diagnóstica e a avaliação externa anual.

1.1 IDERJ – Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro

Em âmbito nacional, a avaliação da qualidade da educação se dá através da aferição do IDEB, com a Prova Brasil, o SAEB, o ENEM. No estado do Rio de Janeiro, esses instrumentos também são utilizados para a observação do desempenho de estudantes e de suas escolas. Mas, para um acompanhamento mais próximo e detalhado do desenvolvimento dos educandos, e visando o alcance das metas de crescimento, foi criado, no estado do Rio, um sistema próprio para avaliar a qualidade da educação oferecida nas escolas da Rede, com a produção de um índice de desenvolvimento educacional – o IDERJ (Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro), o qual tem como referência as metas e os

⁸ Bonificação por Resultados: parte integrante do programa de melhorias da educação no estado do Rio, instituída pela Resolução SEEDUC Nº 4669, de 04 de fevereiro de 2011, que confere bônus aos servidores, cuja unidade escolar cumprir as metas de IDERJ, previamente estabelecidas pela secretaria (RIO DE JANEIRO, 07/02/11, p. 17).

instrumentos utilizados pelo IDEB. Esta iniciativa segue o exemplo do que já acontecera em outros estados da federação:

Paralelamente, enquanto o MEC desenvolvia uma avaliação da educação básica de base amostral, Estados e municípios sentiam a necessidade de implantar avaliações que atingissem todas as escolas. Tal necessidade fez com que vários Estados adotassem seus próprios sistemas de avaliação (BONAMINO e SOUZA, 2012, p. 5).

O IDERJ, a exemplo do IDEB, é composto pela aferição do índice de desempenho dos alunos na avaliação externa e pelo índice do fluxo escolar, realizado em cada modalidade da educação básica oferecida pela escola – ensino fundamental e/ou médio, conforme mostra a legislação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, cujos itens principais são transcritos a seguir:

CAPÍTULO I

DA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESCOLAR

Art. 1º - Com vistas ao monitoramento da qualidade da rede pública de ensino da Secretaria Estadual de Educação - SEEDUC, fica criado o Índice de Desenvolvimento Escolar do Estado do Rio de Janeiro - IDERJ.

§ 1º - O IDERJ é um índice de qualidade escolar que visa a fornecer um diagnóstico da escola, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), baseando-se em dois critérios: Indicador de Fluxo Escolar (IF) e Indicador de Desempenho (ID).

§ 2º - O Indicador de Fluxo Escolar (IF) é uma medida sintética da promoção dos alunos em cada nível de ensino e varia entre 0 (zero) e 1 (um), que considera a taxa de aprovação nas séries iniciais (1º ao 5º ano) e finais do Ensino Fundamental - EF (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio - EM (1º ao 3º ano) para cada escola.

§ 3º - O Indicador de Desempenho (ID) é medido a partir do agrupamento das notas obtidas pelos alunos em exames de avaliação externa da educação promovidos pelo Estado do Rio de Janeiro, em quatro níveis de proficiência: Baixo (B), Intermediário (Int), Adequado (Ad) e Avançado (Av) (RIO DE JANEIRO, 07/01/2011, p. 3).

Para a composição do IDERJ, portanto, a SEEDUC-RJ utiliza o Índice de Fluxo Escolar (IF) e o Índice de Desempenho (ID), o qual é aferido em exames de avaliação externa anual, denominada SAERJ. Os dois indicadores – IF e ID – complementam-se, pois a avaliação externa, ou SAERJ, não alcança a realidade de toda a escola, uma vez que as turmas avaliadas são as concluintes de cada modalidade de ensino. O IF apresenta, pois, um diagnóstico interno da escola, detectando a progressão e retenção de alunos de todas as séries, possibilitando à equipe escolar uma ação corretiva, com base nos dados aferidos dentro da própria unidade.

Dessa forma, o IDERJ se mostra um índice de grande relevância para a comunidade escolar, que pode acompanhar a evolução do trabalho realizado, bem como corrigir a rota, quando os números não são favoráveis, antecipando o diagnóstico que só seria feito pelo IDEB.

O IDERJ foi criado com a função de ser um mecanismo para o monitoramento e a elevação da qualidade da educação no estado do Rio de Janeiro, segundo a necessidade de se avaliarem as competências e habilidades dos alunos e de se criarem estratégias para a aprendizagem, a permanência e o sucesso escolar deles, produzindo um índice para acompanhar a evolução dos resultados, também nos anos pares, nos quais não é aferido o IDEB. A aferição do IDERJ mostra-se como fato bastante positivo, pois contribui para que as escolas permaneçam sempre atentas às necessidades de aprendizagem que os alunos apresentam, seja no aspecto da proficiência ou nos índices internos das unidades de ensino. Essa atenção permanente gera o comprometimento dos atores escolares com os resultados, o que representa um diferencial quando se aproxima o período de avaliação para a atribuição do IDEB.

Antes da criação do IDERJ, os índices do IDEB estavam muito distantes do cotidiano escolar e, sendo uma avaliação bienal, não envolvia os diversos atores do processo educativo. Com o IDERJ, o tema da avaliação em larga escala entra de vez para a rotina da educação estadual e, através de diversos momentos de formação continuada oferecidos aos educadores pela própria Secretaria ou de encontros para apresentação dos resultados bimestrais, promovidos pela Diretoria Regional, e, ainda, de publicações periódicas da SEEDUC, as quais fomentam discussões e estudos para a apropriação das matrizes e dos resultados das avaliações de larga escala, procuram-se encontrar os meios para uma constante busca de melhores indicadores educacionais.

Todas essas iniciativas e estratégias, desenvolvidas pela secretaria estadual e pelos órgãos que a representam, parecem surtir significativas melhorias percebidas no dia a dia da educação no estado. Melhorias essas que foram confirmadas, principalmente, pela elevação dos resultados alcançados pelo estado do Rio de Janeiro, que saltou do 26º lugar, no IDEB de 2009, para a 15ª posição na avaliação realizada em 2011.

Na escola em análise, essas ações tiveram, também, profícua repercussão, pois gestoras e alguns professores, participando das reuniões de resultados da

Diretoria Regional, nas quais são apresentadas também as boas práticas de outras escolas, levavam para os colegas essas notícias e experiências. Assim, nas reuniões de planejamento, os professores passaram a buscar juntos os caminhos para o trabalho com os descritores da matriz de referência, com vistas a preparar melhor os alunos para as avaliações internas e externas. Além disso, com a participação de alguns docentes na formação continuada oferecida pela SEEDUC, esse entendimento sobre o Saerjinho, sobre matriz de referência e Currículo Mínimo foi crescendo e atingindo um número sempre maior de docentes, que passaram a trocar experiências e materiais pedagógicos, trazendo essa discussão sobre as avaliações externas para o cotidiano escolar, o que contribuiu para o alcance das metas da escola e, conseqüentemente, das metas de melhorias de todo o estado do Rio.

1.2 SAERJ – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

Desde 2008, a SEEDUC realiza o processo anual do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), o qual foi criado com a finalidade de analisar o desempenho dos alunos da rede pública estadual. A avaliação contempla as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, verificando a aprendizagem de alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio e tem seus resultados descritos de acordo com as escalas do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) que, a cada dois anos, fornece dados para a construção do IDEB, conforme Resolução SEEDUC Nº 4.437.

São dois os programas compreendidos pelo Sistema de Avaliação da educação fluminense: a avaliação diagnóstica bimestral – Saerjinho – que acontece nos três primeiros bimestres do ano letivo, e a avaliação externa anual – denominada SAERJ, mesmo – que acontece ao final do ano letivo. Mesmo não tendo perspectivas e matrizes idênticas, os resultados dessas avaliações devem se complementar, pois ao longo do ano, através do Saerjinho, os alunos são preparados para a avaliação final que, juntamente com o IF, atribuirá o valor do IDERJ à escola.

Além da proficiência média dos alunos de cada escola, nas disciplinas avaliadas, o SAERJ considera o índice de adesão da unidade escolar à prova, ou seja, o número de alunos que realizam o exame e os números percentuais de classificação dos discentes em cada nível da escala de proficiência, o que demonstra, para a escola e para a SEEDUC, onde estão as maiores dificuldades e problemas do ensino, bem como as maiores necessidades de replanejamento, investimento e ações corretivas, em prol de um diagnóstico mais positivo.

Portanto, como descreve o texto que regulamenta o IDERJ, a instituição do SAERJ tem essa função: monitorar a qualidade do ensino nas escolas da Rede Estadual, com vistas à implementação de ações corretivas, que busquem sanar as dificuldades encontradas pelos alunos, visando à melhoria dessa qualidade.

Nessa perspectiva, o SAERJ segue a tendência das avaliações em larga escala, implementadas em vários estados brasileiros, as quais associam a avaliação à melhoria da qualidade do ensino, e se enquadra no rol das avaliações de terceira geração, segundo o estudo de Bonamino e Souza (2012), em que são analisadas três gerações de avaliação no Brasil.

Segundo a pesquisa das autoras mencionadas, a primeira geração de avaliações tem caráter diagnóstico e não atribui consequências diretas para a escola, enquanto as avaliações de segunda e terceira geração trazem consequências, ora simbólicas ora materiais, para a escola e seus atores. Sendo o SAERJ uma avaliação, cujo resultado está atrelado à premiação de alunos e, a partir do Plano Estratégico da SEEDUC – editado em 2011 – está também vinculado à política de bonificação dos servidores da educação, de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas, pode-se considerar que esta é uma política de responsabilização forte, conforme a descrição citada pelas autoras:

Avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismos de remuneração em função de metas estabelecidas (ZAPONI; VALENÇA, 2009, *apud* BONAMINO E SOUZA, 2012, p. 3).

O SAERJ, pois, faz parte dessa terceira geração de avaliações em larga escala, uma vez que seus resultados são utilizados para efeitos de premiação dos estudantes que têm bom desempenho e interferem diretamente no alcance das

metas estabelecidas para a escola, as quais asseguram o bônus por resultado, pago pelo governo estadual, aos servidores lotados nessas unidades escolares que atingem ou superam suas metas.

É possível observar também que, com a chegada do Saerjinho, essas avaliações passam a integrar o cotidiano escolar, pois durante todo o ano letivo a escola utiliza seus resultados na composição das notas dos alunos, ao mesmo tempo em que integra os conteúdos previstos para essas avaliações, ao currículo desenvolvido em sala de aula.

Embora o SAERJ esteja em vigor desde 2008, somente em março de 2010 foi publicada a Resolução SEEDUC N.º 4.437 que regulamenta a avaliação e define as normas para sua execução como instrumento que avalia a educação, especialmente nos anos pares, quando não acontece a avaliação para o IDEB:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SAERJ, que avaliará anualmente o desempenho dos alunos da rede de ensino desta Secretaria de Estado com o objetivo de produzir um diagnóstico apurado da realidade educacional, com consequentes desdobramentos regionais e por unidades escolares e que permita ao governo estadual a formulação, monitoramento e reformulação das políticas educacionais (RIO DE JANEIRO, 29/03/2010, p.2).

Como se vê, a avaliação do SAERJ não se destina exclusivamente a verificar a realidade educacional do estado, como um todo, nem somente das escolas em particular: na verdade, a análise do desempenho dos alunos se desdobra num mapeamento por região do estado, comparando-se e avaliando-se o trabalho realizado pelas escolas em cada ponto da unidade federativa, como também o trabalho das diretorias regionais no apoio às políticas da SEEDUC, permitindo a esta verificar onde estão os pontos de maior fragilidade, na educação estadual, e que aspectos dessas políticas precisam ser revistos ou reformulados.

Na escola em análise, é possível perceber mudanças nos resultados alcançados no SAERJ, a partir da implantação do Saerjinho, em 2011, pois o mesmo trouxe a discussão sobre as avaliações externas para o cotidiano escolar, levando os atores escolares a uma maior compreensão da importância dessas avaliações e a um maior comprometimento com as mesmas.

O quadro número 3 apresenta a evolução dos resultados em Língua Portuguesa e Matemática da escola, na 3ª série do Ensino Médio, nos últimos anos em que a avaliação foi aplicada.

QUADRO 3 – Demonstrativo dos Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012 – 3ª série do Ensino Médio, em valores de proficiência:

3ª série – E.M.	Ano Referência/Proficiência alcançada			
	2009	2010	2011	2012
L.Port.	286.44	295.53	297.04	303.27
Mat.	285.43	306.04	310.62	303.81
N.º Previsto/ Efetivo de Alunos	Não informado	37	47	42
		32	44	42

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados do CAEd (2013).

Nos resultados do Ensino Médio, observa-se um crescimento na proficiência alcançada, especialmente em Língua Portuguesa, pois Matemática apresentou um avanço significativo, em 2010 e 2011, e um decréscimo em 2012. Há que se registrar que, em 2012, a aplicação do SAERJ passou por um problema, que afetou toda a Rede e levou a SEEDUC a cancelar a primeira prova, aplicada aos alunos da 3ª série do Ensino Médio, e realizar uma segunda edição da mesma. Não cabe aqui a análise da questão, mas a realização de uma prova tão importante, duas vezes, em um intervalo de poucos dias, pode ter influenciado no desempenho dos alunos.

A seguir, são apresentados esses mesmos dados, transcritos em gráficos, de acordo com os níveis de proficiência, utilizados na análise da avaliação no Estado, e seus correspondentes na avaliação nacional, conforme são descritos no portal QEdU – Aprendizado em foco (alimentado pela Fundação Lemann⁹ e pela empresa Meritt¹⁰):

- Baixo/Insuficiente: representa a ocorrência de pouquíssimo aprendizado, indicando a necessidade de recuperação de conteúdos;
- Intermediário/Básico: representa a necessidade de reforço, pois houve pouco aprendizado dos conteúdos esperados para a série;

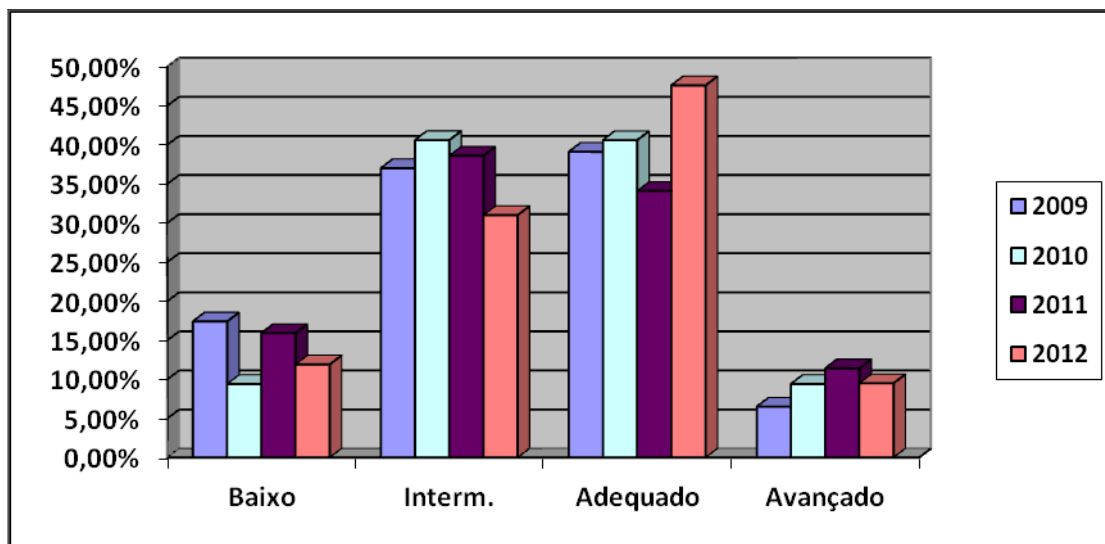
⁹ <http://www.fundacaolemann.org.br> – A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2002, com a finalidade de contribuir para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos brasileiros e formar uma rede de líderes transformadores (Portal Lemann, 2013).

¹⁰ <http://meritt.com.br/about> - Criada em 2010, a Meritt propôs um novo olhar e atitude sobre os dados da educação, a partir do uso de tecnologias específicas e o amplo conhecimento sobre o sistema educacional no Brasil (Portal Meritt, 2013).

- Adequado/Proficiente: indica que houve o aprendizado apropriado para a série. Os alunos estão preparados para continuar os estudos. Recomendam-se atividades de aprofundamento;
- Avançado: representa a ocorrência de aprendizado além da expectativa para a série. Recomendam-se atividades desafiadoras.

Os gráficos 1, 2, 3 e 4, portanto, permitem a visualização da evolução do aprendizado dos alunos da escola em análise, segundo aferição do SAERJ, nos últimos anos.

GRÁFICO 1 – Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012, 3ª série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, por níveis de proficiência



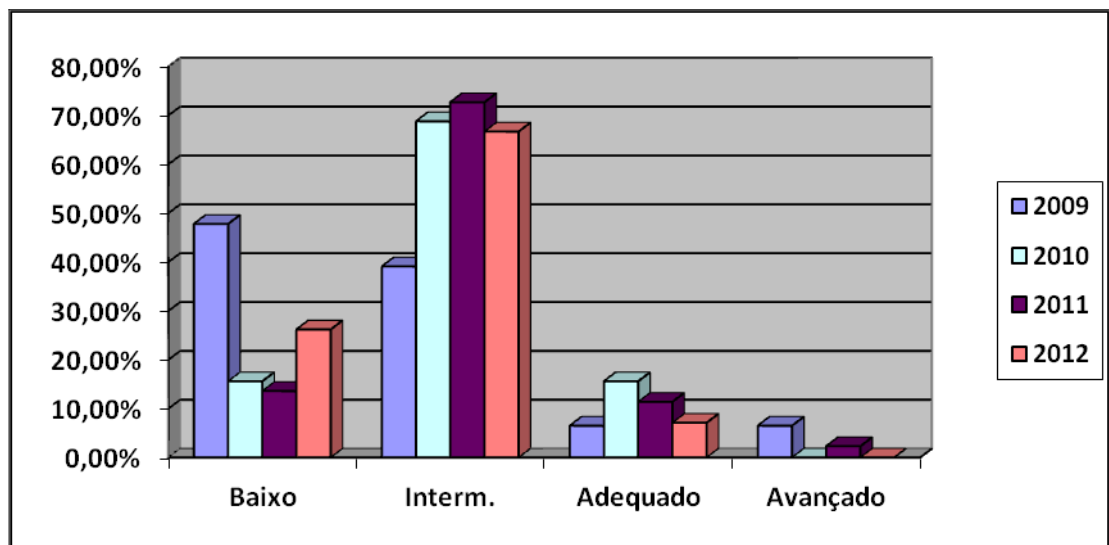
Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Nesta modalidade de ensino, houve algumas oscilações, quanto às faixas de proficiência, sendo a disciplina de Língua Portuguesa a responsável pelo maior avanço. Observa-se, no gráfico, que o nível Baixo – que representa os alunos com muito pouco aprendizado – tem apresentado uma oscilação ao longo dos últimos anos. É possível, ainda, destacar que o nível Adequado – que reúne os alunos com aprendizado esperado para a série – registrou a maior evolução. Após um decréscimo em 2011, voltou a crescer, sinalizando que os estudantes estão deixando o Ensino Médio com melhor preparo. Ainda é preocupante, porém, o percentual bastante representativo de alunos no nível Intermediário, demonstrando

que o trabalho implementado, a partir do Saerjinho, deve ser ainda mais estruturado para que a escola alcance índices ainda melhores.

Uma proposta da SEEDUC, que está sendo implantada na escola, em 2013, é o Reforço Escolar¹¹, que traz a perspectiva de que esses números sejam incrementados e haja uma evolução para o nível Adequado.

GRÁFICO 2 – Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012, 3ª série do Ensino Médio, em Matemática, por níveis de proficiência



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Em Matemática, nesta modalidade, foram registradas também algumas oscilações dentro dos níveis de proficiência utilizados pelo sistema. A variação mais significativa foi a diminuição do percentual de alunos no nível Baixo, reduzindo-se quase à metade entre 2009 e 2012.

O gráfico 2, entretanto, sinaliza a necessidade de um trabalho ainda mais incisivo no sentido de se promover o incremento dos níveis que representam um aprendizado mais evidente, pois, como é possível constatar também nos dados do Ensino Fundamental, a seguir, o Ensino Médio tem o maior percentual de alunos alojados no nível Intermediário, demonstrando que a diminuição nos níveis Baixo e Avançado não significou aumento no nível Adequado da faixa de proficiência, o que

¹¹ No ano de 2013, a SEEDUC ampliou o Projeto Reforço Escolar, que iniciara em 2012 em algumas unidades escolares, ofertando aulas de Português e Matemática, no contraturno, para turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental e para as séries do Ensino Médio, com propostas de atividades inovadoras, a partir de material produzido pelo CEDERJ (Sítio da SEEDUC-RJ: www.educacao.rj.gov.br. Acesso em 05 jun 2013).

A escola em análise está recebendo o projeto em 2013.

se configura como informação preocupante, que poderá ser alterada com a implementação de projetos como o Reforço Escolar que já acontece na Rede Estadual.

O quadro número 4 apresenta os resultados das mesmas disciplinas, nas avaliações do SAERJ, no 9º Ano do Ensino Fundamental. Também nesta modalidade de ensino, percebe-se a evolução dos resultados alcançados, nos últimos anos, o que parece estar ligado também à chegada do Saerjinho.

QUADRO 4 – Demonstrativo dos Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012 – 9º Ano do Ensino Fundamental

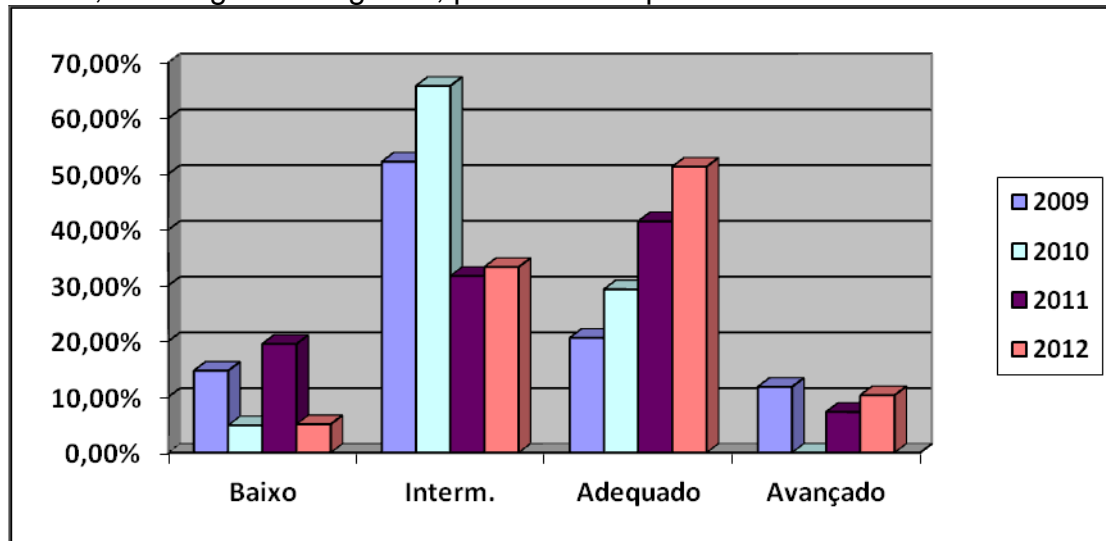
9º Ano – E.F.	Ano Referência/Proficiência alcançada			
	2009	2010	2011	2012
L.Port.	251.54	263.30	261.50	274.97
Mat.	256.35	268.50	276.06	283.94
N.º Previsto/ Efetivo de Alunos	Não informado	51	43	40
		41	41	39

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Analisando os resultados obtidos, vê-se uma evolução na proficiência de 251.54, em Língua Portuguesa, no ano de 2009, para 274.97 no ano de 2012. Em Matemática, a evolução é um pouco maior, saindo de uma proficiência de 256.35, no mesmo ano de 2009, para 283.94 no ano de 2012.

A seguir, esses números são apresentados em percentuais, de acordo com os níveis de proficiência, cuja visualização possibilita um maior discernimento da situação da escola, neste ano de escolaridade. A apropriação desses índices, por parte dos atores escolares, é o caminho para a efetivação de uma ação ainda mais eficaz, que resulte em crescimento ainda maior.

GRÁFICO 3 – Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012, 9º Ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, por níveis de proficiência



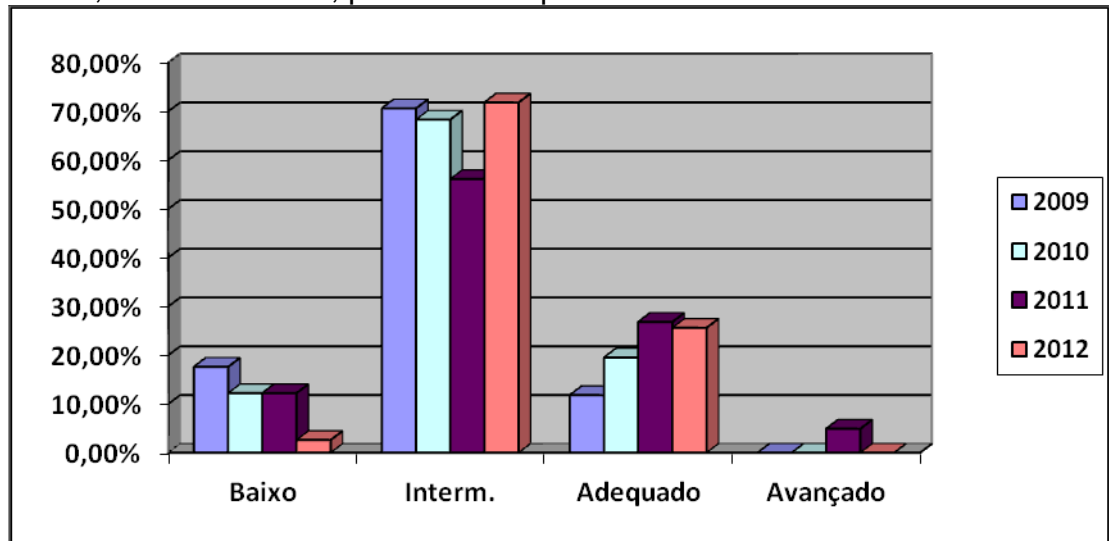
Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Como é possível visualizar no gráfico, no 9º ano do Ensino Fundamental, na disciplina Língua Portuguesa, ocorre uma interessante variação nos indicadores de proficiência, especialmente nos níveis Baixo e Adequado.

O primeiro nível apresentou, no último ano, uma significativa redução e, ao comparar este nível com o Adequado, que tem mostrado crescimento contínuo, elevando-se a mais que o dobro, de 2009 a 2012, pode-se inferir que os alunos nesta série têm alcançado um aproveitamento sempre mais significativo, podendo ser submetidos a atividades que verifiquem a construção de competências mais aprofundadas.

Em oposição a esses dados, vale ressaltar o decréscimo verificado no nível Intermediário, reduzido à metade, e a retomada de crescimento no nível Avançado. Essa variação entre os níveis de proficiência sinaliza uma interessante evolução no aprendizado dos alunos dessa modalidade de ensino, especialmente a partir de 2011, ano da implantação do Saerjinho. Neste sentido, reafirmamos que a forma de trabalho desenvolvida pelos docentes parece ter encontrado retorno no aprendizado dos alunos, que demonstram proficiência sempre maior, em Língua Portuguesa, nos últimos anos.

GRÁFICO 4 – Resultados da Escola X no SAERJ, de 2009 a 2012, 9º Ano do Ensino Fundamental, em Matemática, por níveis de proficiência



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

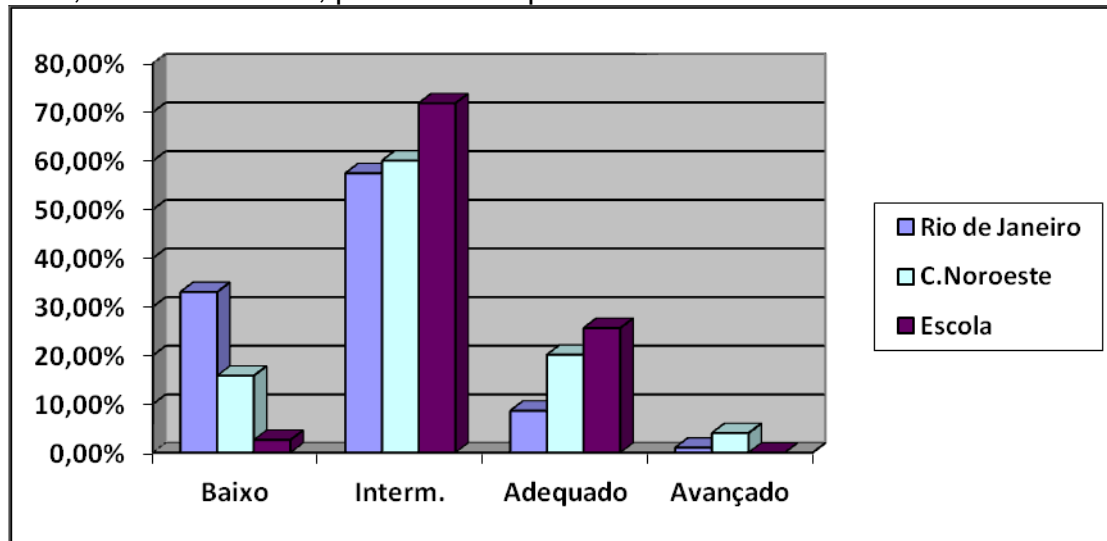
Na disciplina de Matemática, houve também mudança, mas com menor variação, apontando para esta disciplina, ainda, o grande problema de aprendizagem dos alunos neste nível de ensino, não somente nesta escola, como se verá no gráfico número 5, à frente.

Ao visualizar o gráfico da escola em análise, pode-se perceber o declínio do nível Baixo e a elevação do nível Adequado, observando-se que há um deslocamento de alunos de um nível para outro, demonstrando uma interessante evolução nesta disciplina que ainda é situada entre as maiores dificuldades dos alunos. Esta evolução sinaliza, também, que o trabalho desenvolvido tem, aos poucos, apresentado resultados na aprendizagem dos alunos que concluem o Ensino Fundamental nesta unidade escolar.

O indicador mais preocupante, nesta disciplina, ainda, é o elevado percentual de alunos no nível Intermediário. Porém, como são recomendadas atividades de reforço para alunos nesse nível de aprendizagem, a expectativa é que haja mudança, a partir da implementação do projeto na escola em análise.

O gráfico, a seguir, traz os resultados de Matemática, no SAERJ 2012, comparando os níveis de proficiência alcançados no estado do Rio de Janeiro, na Diretoria Regional Noroeste Fluminense e na escola em análise, proporcionando uma leitura comparativa entre as três esferas.

GRÁFICO 5 – Comparativo dos Resultados do 9º Ano do Ensino Fundamental, em Matemática, no SAERJ 2012, por níveis de proficiência



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Comparando-se os níveis atingidos por alunos de todo o estado do Rio, com os alcançados na Regional Noroeste Fluminense e na escola em análise, é possível concluir a ratificação do que sinalizamos anteriormente: a disciplina Matemática representa uma grande dificuldade no aprendizado dos educandos, tendo a maior concentração alocada no nível Intermediário que, como já foi definido, representa pouco aprendizado, necessitando de atividades de reforço. Ao que se vê, portanto, esta é uma realidade recorrente entre os alunos nesta disciplina.

Os resultados do 9º Ano no SAERJ, na escola em análise, podem ser ainda comparados aos percentuais apresentados, no mesmo ano de escolaridade, na última edição da Prova Brasil – ano 2011. De acordo com dados disponibilizados através do portal QEd – Aprendizado em foco, que traz os dados sistematizados pelo INEP, a escola apresentou os índices explicitados no quadro 5, a seguir, considerando-se os níveis utilizados pelo instituto: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado, que correspondem, na prática, à nomenclatura utilizada para classificar o desempenho discente no SAERJ, isto é, o nível Insuficiente corresponde ao Baixo; o Básico corresponde ao Intermediário; o Proficiente corresponde ao Adequado e o termo Avançado é utilizado nas duas avaliações. O quadro apresenta, portanto, a distribuição dos alunos avaliados nos níveis utilizados na Prova Brasil.

QUADRO 5 – Demonstrativo da Evolução da Escola X nos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, da Prova Brasil, de 2007 a 2011 – 9º Ano do Ensino Fundamental

Disciplinas	Ano	Percentuais de alunos nos Níveis de Proficiência				N.º previsto de Alunos	N.º de Alunos avaliados
		Insufic.	Básico	Profic.	Avanç.		
L. Port.	2007	17%	59%	21%	3%	34	29
	2009	25%	50%	14%	11%	40	28
	2011	18%	44%	28%	10%	41	39
Mat.	2007	38%	59%	0%	3%	34	29
	2009	11%	57%	28%	4%	40	28
	2011	10%	59%	28%	3%	41	39

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do INEP, obtidos no portal QEdU.

Ao observar estes números, verificamos que:

- Em Leitura e interpretação de texto, o percentual de alunos que aprenderam o adequado foi de 38%. Esse percentual resulta da soma do quantitativo de alunos nos níveis Proficiente e Avançado, pois o Portal QEdU agrega os números referentes aos dois níveis em só grupo, que considera com aprendizado adequado para a série. A evolução nesta competência foi de 13 pontos percentuais, de 2009 para 2011.

- Em Matemática (Resolução de problemas), o percentual de alunos que aprenderam o adequado foi de 31%; com diminuição de 1 ponto percentual de 2009 para 2011.

Analisando o quadro 05, é possível observar a grande concentração de alunos no nível Básico, que corresponde ao número dos que apresentam *pouco aprendizado*. Esta mesma situação foi detectada nos resultados do SAERJ, no 9º ano do Ensino Fundamental, com grande percentual de alunos no nível Intermediário, correspondente ao Básico. Conforme a descrição encontrada no Portal QEdU, alunos neste nível de proficiência têm necessidade de atividades de reforço, pois se encontram abaixo do que se espera para a sua série. Essas atividades, que já estão em desenvolvimento na escola, podem contribuir para a mudança dos educandos, do nível Básico ou Intermediário para o nível Proficiente, que corresponde ao aprendizado adequado para a série.

Mas também há que se considerar que, nas últimas edições da Prova Brasil, o percentual de alunos no nível Proficiente já aumentou, isto é, o número de estudantes que *aprenderam o esperado* cresceu e, ao mesmo tempo, houve uma redução do percentual de alunos no nível Insuficiente, que representa o quantitativo com *quase nenhum aprendizado*, na disciplina de Matemática da escola em análise.

Outro aspecto a ser observado, ainda, nos quadros de números 04 e 05, expostos anteriormente, diz respeito à adesão dos alunos da escola ao SAERJ e à Prova Brasil: nos anos de 2009 e 2010, quando não havia na escola um trabalho efetivo em prol das avaliações externas, no 9º ano do Ensino Fundamental, foi registrada a falta de 12 alunos à Prova Brasil e de 10 alunos ao SAERJ, respectivamente; e na 3ª série do Ensino Médio, 05 alunos deixaram de comparecer à avaliação estadual. Em 2012, nesta mesma avaliação, houve o registro de apenas 01 faltante, no 9º ano, e nenhum na 3ª série do Ensino Médio; enquanto que na última edição da Prova Brasil, foram registradas 02 faltas. Tais indicadores sinalizam que uma mudança de mentalidade, em relação às referidas provas, começa a acontecer, pois já se constata um maior comprometimento dos atores escolares com as mesmas.

Comparando-se, assim, os índices do SAERJ aos da Prova Brasil, percebe-se certa correspondência entre os percentuais aferidos, o que denota similaridade no trabalho desenvolvido e no aprendizado realizado.

A Avaliação do SAERJ é realizada anualmente, no quarto bimestre letivo, para a composição do IDERJ e, como já mencionado, a partir de 2011, nos bimestres anteriores, é realizado o Saerjinho – avaliação diagnóstica que contribui para que professores e gestores escolares identifiquem quais são as dificuldades dos alunos e possam trabalhar no sentido de sanar tais problemas, antes da avaliação final, que produz os indicadores de resultados da escola, com a verificação do cumprimento das metas de desempenho.

1.3 Saerjinho – Avaliação diagnóstica bimestral

O Sistema de Avaliação diagnóstica bimestral Saerjinho foi instituído em 2011, contemplando, inicialmente, as disciplinas de Português e Matemática. Este

sistema avaliativo, que integra o Planejamento Estratégico da SEEDUC, foi criado para ajudar o órgão gestor da educação estadual a elaborar medidas que concorram para a melhoria da qualidade do ensino na rede estadual, seja através de intervenções diretas no processo educativo ou através da capacitação de docentes:

No sentido de fortalecer a prática pedagógica dos professores, acompanhando mais de perto a evolução do processo ensino-aprendizagem, a SEEDUC desenvolveu estas avaliações bimestrais com a finalidade de se obter, de forma rápida, os resultados parciais deste procedimento. Outro importante objetivo é propiciar intervenções tanto de reforço na aprendizagem como de capacitação dos docentes (CAEd - Saerjinho, 2011, p. 7).

Um aspecto que destaca o Saerjinho dentre outros processos de avaliação em larga escala é, justamente, este: os professores e gestores da educação podem conhecer o desempenho dos alunos de maneira rápida, ao contrário de outras formas de avaliação, cujos resultados demoram, gerando o desinteresse do aluno, uma vez que não tem conhecimento sobre seu desempenho e, conseqüentemente, sobre a qualidade do ensino que recebeu. Como afirma VIANNA, 2003; p. 46:

A avaliação, por sua vez, é igualmente repetitiva, no sentido de que, ao longo de vários semestres, os alunos fazem avaliações internas e externas, sendo que destas últimas não conhecem os resultados de seus desempenhos e das primeiras têm apenas um escore ou nota sem qualquer tipo de *feedback* que lhes possa servir de orientação.

O fato de professores e alunos terem acesso aos resultados do Saerjinho, logo a seguir à sua realização visa a oportunizar essa orientação para as próximas ações, com foco no desenvolvimento das habilidades ainda não construídas pelos educandos. E a preparação para o Saerjinho do bimestre seguinte tende a contribuir para desenvolver em docentes e discentes o profícuo hábito da autoavaliação e da retomada daqueles conteúdos que não foram satisfatoriamente trabalhados. Além disso, este *feedback* imediato pode ser um contributo para despertar no aluno interesse sobre sua própria aprendizagem e a de sua turma, que tem metas a alcançar.

Some-se a isso o fato de que, em virtude da necessidade de construírem-se os gabaritos para a correção da prova na própria escola, esta avaliação diagnóstica inaugura, entre os docentes, uma prática bastante salutar: o encontro para estudo e

discussão, marcado pela troca de conhecimentos e de ideias, para a resolução das questões propostas na avaliação aplicada.

A partir de 2012, o Saerjinho passou a contemplar também as disciplinas de Ciências (nas avaliações de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental), e Química, Física e Biologia (nas avaliações do Ensino Médio, Ensino Médio Integrado e Curso Normal). Os cadernos de questões são organizados de acordo com a Matriz de Referência específica para o Saerjinho, que se difere da matriz do SAERJ e do SAEB, uma vez que há disciplinas cobradas na avaliação diagnóstica que não fazem parte dos programas das avaliações externas e, mesmo nas disciplinas comuns, ocorrem diversas variações nos descritores relacionados em cada tópico, especialmente nas matrizes de Matemática, como se pode comprovar nos anexos deste trabalho.

Além dos descritores, a matriz de referência do Saerjinho de Língua Portuguesa traz uma coluna denominada 'Detalhamento', que apresenta algumas especificações de conteúdos a serem abordados, dentro dos tópicos e descritores previstos para cada bimestre. Esse detalhamento aponta itens do currículo que podem ser cobrados, dentro de cada tópico, o que direciona de maneira mais específica o trabalho que o professor deve desenvolver para melhor preparar os alunos de cada série, que será submetida à avaliação.

Todos os alunos de 5º e de 9º ano do Ensino Fundamental e das séries do Ensino Médio devem participar da prova, a cada bimestre. Assim, tanto a SEEDUC quanto professores e alunos podem saber de maneira mais precisa onde estão as maiores dúvidas e utilizar os resultados como ferramenta pedagógica.

De acordo com o *site* da SEEDUC-RJ:

Com o Saerjinho, os professores da rede podem saber com mais rapidez como anda o aprendizado de seus alunos e em que áreas eles têm mais dificuldades, de modo a poder prepará-los melhor. Além disso, a prova é útil para que os educadores possam elaborar estratégias pedagógicas para melhor alcançar as metas da escola no final do ano (SEEDUC, 20/06/11. Acesso em 13 out.2012).

A cada bimestre, após a realização do Saerjinho, os cartões de respostas, preenchidos pelos alunos, são enviados ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), responsável pela elaboração e correção da prova. Porém, os cadernos de questões permanecem na escola e os próprios professores se

organizam para a elaboração do gabarito e para a correção preliminar. Essas tarefas desempenhadas pelos docentes permitem, aos mesmos, uma análise imediata do trabalho realizado em sala de aula, de modo a verificar se a forma de desenvolvimento do Currículo Mínimo e da matriz de referência corresponde às habilidades cobradas na avaliação, se estas já foram consolidadas pelos alunos ou se haverá necessidade de intervenção para o bimestre seguinte.

Essa análise que permite identificar quais são as dificuldades apresentadas pelos alunos, oportuniza a elaboração de estratégias de retomada e revisão do conteúdo, a fim de aprimorar a preparação dos mesmos para a avaliação externa final – o SAERJ, contribuindo assim para que a escola tenha melhores condições de alcançar suas metas no IDERJ. Para a revisão dos conteúdos, que não foram bem assimilados, os professores podem utilizar as mesmas provas do Saerjinho, fazendo uma reflexão sobre o próprio trabalho e conduzindo os alunos a uma autoavaliação, dentro do que estudaram e conseguiram aprender.

A junção do trabalho com o Currículo Mínimo, o planejamento anual e as matrizes de referência, na preparação dos alunos para as avaliações, a princípio, gerou certo descompasso, pois os docentes estavam acostumados a seguir somente o próprio planejamento e, agora, devem harmonizar todas essas ações, num exercício contínuo e conexo. Sobre essa nova realidade, discorre a professora entrevistada Júlia:

Percebo que, desde o início da implantação do Saerjinho, tivemos que modificar um pouco nossa forma de trabalhar os conteúdos, cumprir o Currículo Mínimo e revisar sempre assuntos trabalhados em séries anteriores. No início foi muito difícil, mas aos poucos fomos “pegando o jeito” e, hoje, já trabalhamos com um pouco mais de tranquilidade, apesar do pouco tempo, pois a avaliação acontece antes mesmo do encerramento do bimestre.

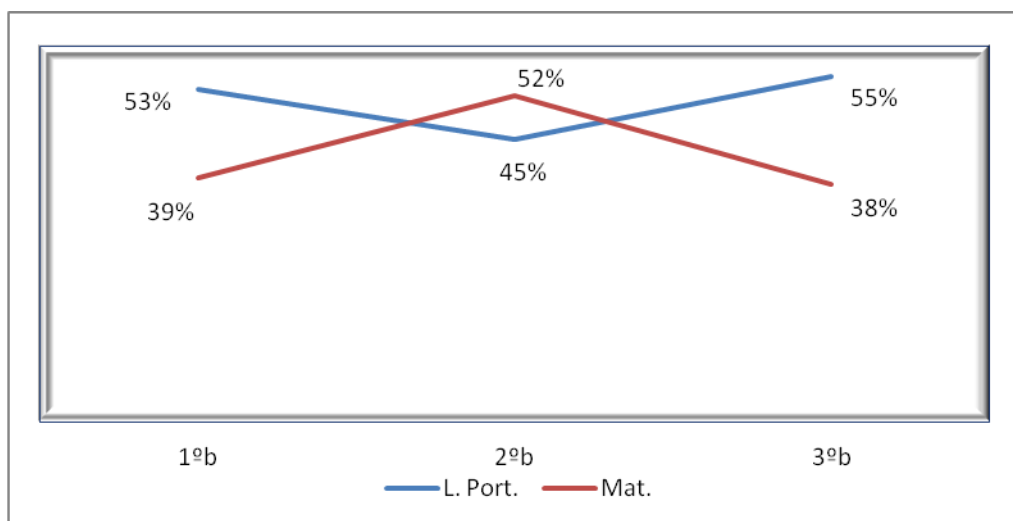
Esse descompasso e as dificuldades, especialmente em virtude do pouco tempo, parecem refletir-se nas oscilações dos resultados alcançados nas avaliações bimestrais. Os gráficos de números 6, 7, 8 e 9, apresentados a seguir, demonstram o desempenho da escola em análise no Saerjinho de 2011 e 2012, considerando-se os índices alcançados pela 3ª série do Ensino Médio e pelo 9º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Vale registrar que, a partir de 2012, as disciplinas da área de Ciências da Natureza passaram a ser avaliadas também. Em 2013, foram acrescentadas provas da

área de Ciências Humanas, no processo avaliativo bimestral. Ainda, é importante lembrar que, no Saerjinho, todas as séries do Ensino Médio são avaliadas, porém, os dados apresentados aqui se referem às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, das séries concluintes, do Ensino Fundamental e do Médio, uma vez que essas disciplinas e séries são o foco das avaliações em larga escala, podendo ser utilizadas como instrumentos para a amostragem do desempenho da escola na avaliação diagnóstica bimestral.

É importante esclarecer que os resultados do Saerjinho não contemplam os níveis de proficiência, como o SAERJ, mas indicam os percentuais de acertos dos alunos, considerando-se as questões referentes a cada habilidade da matriz. Assim sendo, uma comparação de equivalência, entre os resultados da avaliação bimestral com os índices da avaliação externa anual, seria inviável.

GRÁFICO 6 – Evolução do Saerjinho na 3ª série do Ensino Médio, em 2011



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2012).

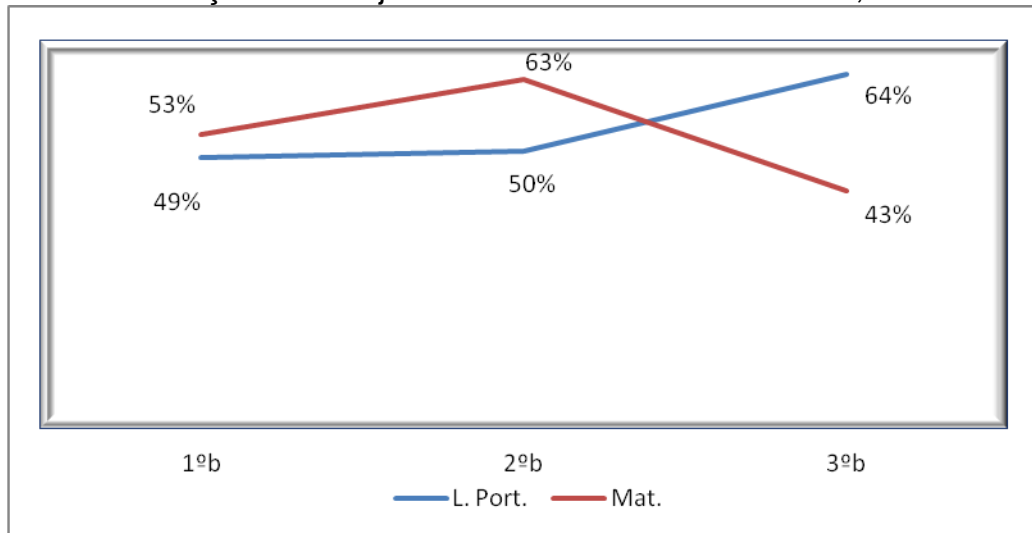
Os percentuais apresentados pelo gráfico 6 indicam a média de acertos dos alunos nas provas aplicadas, em cada bimestre, sinalizando para os professores qual é o índice de alunos que consolidou as habilidades trabalhadas, em cada disciplina, e, conseqüentemente, como deve ser direcionada a intervenção para a avaliação do bimestre seguinte e/ou para a avaliação final.

No gráfico de número 6, observa-se que, em 2011, a oscilação do índice de acertos, por descritor, em Língua Portuguesa foi: acima de 50% no primeiro e no terceiro bimestres; na segunda avaliação, o índice de acertos ficou abaixo desse

valor. Em Matemática, acontece o oposto: somente no segundo bimestre, o índice de acertos supera os 50%, com valores bem inferiores nos outros dois bimestres.

Embora o critério aqui não seja proficiência, mas percentual geral de acerto por descritor, seria possível considerar os valores acima de 50% como indicativos de média de acertos Adequada para a disciplina.

GRÁFICO 7 – Evolução do Saerjinho na 3ª série do Ensino Médio, em 2012

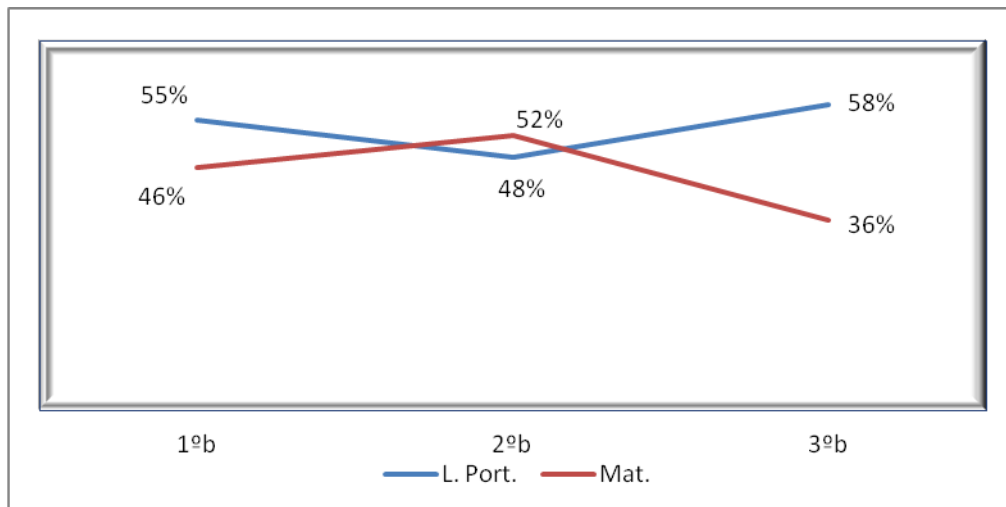


Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

Neste gráfico de número 7, é possível constatar que os valores referentes aos acertos de questões, por habilidade, no ano de 2012, apresentaram sensível crescimento em relação ao ano anterior, na 3ª série do Ensino Médio. Mesmo o índice mais baixo, verificado na disciplina de Matemática, ficou acima do valor referente ao mesmo bimestre no ano anterior. Essa constatação parece sinalizar uma maior adaptação de professores e alunos ao sistema de avaliação diagnóstica bimestral e, conseqüentemente, melhor preparação para a avaliação anual.

Fazendo uma relação com os índices do SAERJ, é possível observar uma coerência nos resultados, pois em Língua Portuguesa o percentual de alunos no nível Adequado apresentou um considerável crescimento entre os anos de 2011 e 2012. Em Matemática, o mesmo não se observa, pois enquanto o nível Adequado diminuiu em 2012, no SAERJ, o percentual de acertos no Saerjinho apresentou índices mais elevados em todos os bimestres desta avaliação.

GRÁFICO 8 – Evolução do Saerjinho no 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2011

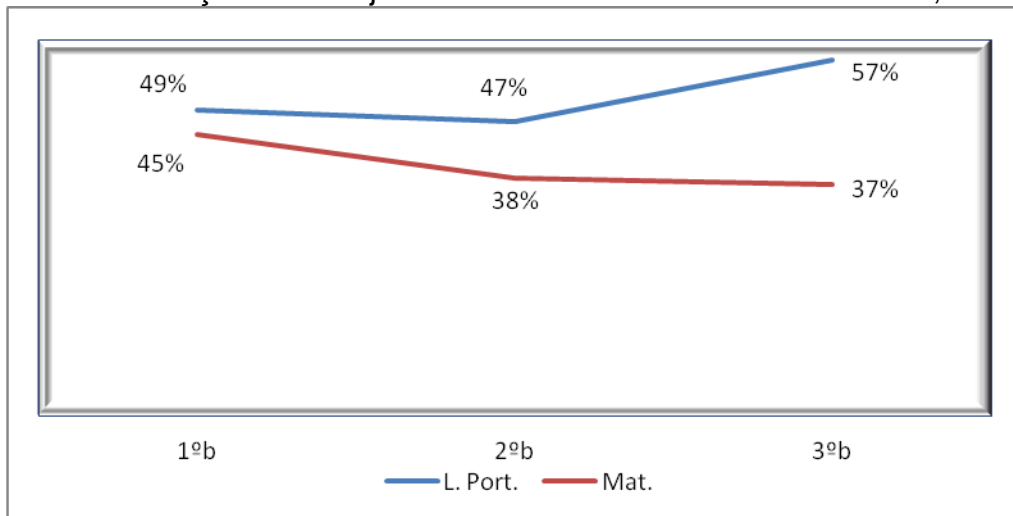


Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2012).

O gráfico número 8, referente ao Saerjinho do 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2011, aponta também para um percentual de acertos maior em Língua Portuguesa, cuja oscilação negativa se deu no segundo bimestre, com ascensão no terceiro, que é o último diagnóstico realizado antes da avaliação externa anual. Em oposição a esse indicador, na disciplina de Matemática, o índice de acertos melhorou justamente no segundo bimestre, com um percentual considerado adequado. Mas o terceiro bimestre apresentou uma queda significativa, o que, embora não tenha resultado em prejuízo na avaliação final, para os atores escolares, pois a escola cumpriu as metas estabelecidas para esse ano, representa a necessidade de trabalho efetivo com base na matriz de referência.

Fazendo uma relação com os resultados do SAERJ, é possível verificar que o Saerjinho apontou índices de acertos superiores aos níveis de proficiência aferidos na avaliação externa, mas reiteramos que entre as duas avaliações não há um parâmetro equivalente de comparação.

GRÁFICO 9 – Evolução do Saerjinho no 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2012



Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAEd (2013).

O gráfico nove, que traz dados do Saerjinho do 9º Ano do Ensino Fundamental, em 2012, apresenta variação semelhante ao ano anterior, em Língua Portuguesa, com crescimento de dez pontos percentuais do segundo para o terceiro bimestre, com uma média de acertos adequada na última avaliação diagnóstica, a qual precede a avaliação externa do SAERJ. Em Matemática, porém, a média de acertos permaneceu abaixo do adequado em todos os bimestres, com tendência de variação decrescente.

Ao estabelecer uma relação com os resultados do SAERJ, nesse ano, é possível verificar uma coerência, pois Língua Portuguesa teve nível Adequado acima de 50% e o percentual final de acertos no Saerjinho, na disciplina, também ficou acima desse valor. O percentual de acertos em Matemática ficou acima dos 30%, o que corresponderia ao nível Intermediário, e é justamente este nível que reúne o maior número de alunos, na disciplina, no ano de 2012.

1.4 Programas e estratégias da SEEDUC ligados ao Saerjinho

A SEEDUC-RJ associou a implementação do Saerjinho a outras estratégias e ações que contribuem para o comprometimento dos diversos atores escolares com esta avaliação diagnóstica. São programas e benefícios vinculados ao bom andamento do processo, considerando índice de adesão de cada escola,

desempenho dos alunos, enfim, o grau de envolvimento de gestores, professores e alunos, o que concorre para o maior interesse e empenho de todos na avaliação. Apresentamos, a seguir, esses programas que estão associados à participação das escolas na avaliação diagnóstica bimestral.

1.4.1 Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública – UFJF

A SEEDUC-RJ mantém convênio com a UFJF em vários projetos empreendidos pela universidade. Um desses projetos é o Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, para o qual são disponibilizadas em cada turma um determinado número de vagas, que são destinadas a servidores da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, a partir de seleção realizada pela própria universidade.

A cada ano, a secretaria publica resolução em que determina qual será o critério e que servidores poderão concorrer a essas vagas. Dessa forma, em 2011, a secretaria houve por bem oportunizar aos gestores das cinquenta e uma escolas, com maior índice de adesão ao Saerjinho, o direito de concorrer a doze vagas para cursarem o mestrado.

Pela Resolução SEEDUC Nº 4709, de 27/07/2011, gestores dessas 51 escolas e diretores regionais puderam prestar o exame que classifica para o curso oferecido pela UFJF. Isto serviu de incentivo para os gestores aprovados no processo seletivo, os quais se comprometerão ainda mais e, também, para outros que ao verem essa estratégia de valorização do servidor, sentir-se-ão também impelidos a se empenharem mais com o processo.

1.4.2 Bonificação por resultados

Este programa da SEEDUC, anunciado em 2011 e concretizado no ano de 2012, em que os servidores das escolas que atingiram as metas de resultados, previamente estabelecidas, tiveram direito a receber a RV (Remuneração Variável), também está associado à implementação do Saerjinho. Isto porque, um dos critérios para que a escola seja elegível e seus servidores possam receber a RV é que a unidade participe de todas as avaliações externas. A Resolução SEEDUC Nº 4669,

que regulamenta a bonificação, apresenta os seguintes critérios para a bonificação, entre outros:

Art. 3º - Farão jus à Bonificação por Resultado o Diretor Geral, Diretor Adjunto, Coordenador Pedagógico, Professor Regente e demais servidores efetivos do quadro da Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC lotados em Unidade Escolar a qual:

I - cumprir 100% (cem por cento) do currículo mínimo quando de sua regulamentação;

II - participar de todas as avaliações internas e externas;

(RIO DE JANEIRO, 07/02/2011, p. 17).

Para o ano de 2012, foram revistos alguns critérios para o recebimento do bônus por resultados, mas a participação no Saerjinho permanece como condição para a não exclusão da escola e do servidor da Remuneração Variável: A SEEDUC manteve a regra de excluir o professor que boicotar a avaliação do recebimento de bônus por desempenho. A escola também perde a gratificação, mesmo atingindo a meta, se prejudicar o exame (SEEDUC, 2012).

Neste sentido, embora o Saerjinho seja uma avaliação diagnóstica, dita de primeira geração, a inclusão da mesma nos critérios de bonificação por desempenho e a sua vinculação a outras formas de premiação de alunos e professores, faz da mesma uma avaliação de responsabilização forte, pois envolve consequências simbólicas e materiais:

A primeira geração consiste na avaliação diagnóstica da qualidade da educação, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar. As outras duas gerações articulam os resultados das avaliações a políticas de responsabilização, com atribuição de consequências simbólicas ou materiais para os agentes escolares (BONAMINO e SOUZA, 2012. p. 1).

As avaliações de primeira geração, portanto, são caracterizadas por seu caráter diagnóstico e pela ausência de consequências diretas para os atores envolvidos no processo. O Saerjinho tem esse caráter diagnóstico, porém, como no desenho da política, estão previstas algumas consequências para os agentes escolares, não com base nos resultados da avaliação, mas considerando a adesão e a participação da escola no exame, este processo avaliativo traz também características de uma política de responsabilização.

1.4.3 Formação Continuada para Professores

O programa de Formação Continuada, oferecido pela SEEDUC em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, também está conectado ao Saerjinho. Essa formação, destinada a professores de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Biologia e História, trabalha com o Currículo Mínimo, indicando aos professores atividades que contribuem para a preparação dos alunos para a avaliação, tornando mais leve a tarefa do professor de acompanhar o Currículo Mínimo e a Matriz de Referência, viabilizando seu envolvimento com a avaliação diagnóstica – o Saerjinho. Como afirma a professora entrevistada Amora, na escola há 22 anos, ao se referir à Formação Continuada, da qual participa desde 2011:

O material do curso é muito rico e muito nos ajuda no trabalho com o Currículo Mínimo. Utilizo as atividades propostas como instrumentos avaliativos em cada bimestre e, como há uma diversidade de material – vídeos, músicas – as aulas se tornam mais atrativas. Houve uma mudança significativa no rendimento dos alunos, pois o material se aproxima dos modelos cobrados em concursos, o que desperta o interesse ou, pelo menos, a curiosidade dos mesmos.

Os professores, que participam da formação, percebem uma bolsa-auxílio no contracheque, recebem o material do curso e têm a oportunidade de trocar experiências e atividades, através da plataforma *Moodle*, pois a formação é desenvolvida em regime semipresencial: há encontros periódicos e participação *on-line*, durante todo o desenvolvimento da capacitação. Além disso, esses docentes têm necessariamente que ser alocados em turmas da série para a qual realizam o curso: esta é uma segurança para o professor, no momento da divisão de turmas que acontece a cada ano e, também, uma ação que valoriza o profissional que busca aprimorar seus conhecimentos e se preparar melhor para esses novos tempos da educação.

1.4.4 PRONATEC

O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), criado pelo governo federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional:

O PRONATEC é um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas na Educação Profissional. O programa visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público, por meio da Educação Profissional; e ampliar as oportunidades educacionais por meio do incremento da formação profissional (SEEDUC, 2012).

Este programa também está vinculado, no estado do Rio, ao Saerjinho, pois a condição para o candidato pleitear vaga em um dos cursos oferecidos é que esteja regularmente matriculado no Ensino Médio da Rede Estadual e participe da avaliação diagnóstica bimestral. Os alunos que apresentam bom desempenho nesta avaliação têm a oportunidade de ingressar nos cursos técnicos oferecidos pelo programa.

Para a inscrição no programa, os alunos realizam um cadastro pelo *site* da Secretaria de Educação, mas “O cadastro não garante a vaga no curso pretendido, pois o candidato ainda passará por um processo classificatório de acordo com o desempenho do SAERJINHO” (SEEDUC, 2012).

1.4.5 Programa Renda Melhor Jovem

O Renda Melhor Jovem é uma poupança-escola anual, destinada aos jovens integrantes de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, Renda Melhor e o Cartão Família Carioca, que sejam matriculados na Rede Regular de Ensino Médio Estadual e tenham até 18 anos incompletos. É um programa que associa a educação ao combate da pobreza extrema, atuando como um incentivo à permanência do aluno na escola, bem como ao seu comprometimento com a própria formação. Uma das condições para que o aluno se mantenha no programa, além de sua aprovação em cada série do Ensino Médio, é a participação no SAERJ e no Saerjinho:

Para se manter no Programa, além de ser aprovado na série, o estudante deve realizar a prova anual do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do RJ (SAERJ), tendo que justificar sua ausência, em caso contrário. O aluno terá ainda que realizar mais de dois terços das avaliações bimestrais estaduais (Saerjinho) por ano – proporcionais ao mês de adesão ao Programa -, além de realizar, nos anos subsequentes ao ano de adesão, mais de duas avaliações bimestrais estaduais (Saerjinho) por ano (SEEDUC, 2012).

No Programa Renda Melhor Jovem, o aluno selecionado dentro dos programas sociais supracitados, recebe a cada ano um valor em dinheiro através de conta bancária, depois de comprovado o cumprimento das condições exigidas. Desse valor recebido, ele pode retirar 30% e o restante fica aplicado na conta, tipo poupança, até a conclusão do Ensino Médio para futuro investimento em sua formação.

1.4.6 Programa Jovens Turistas

O Programa Jovens Turistas consiste numa premiação a alunos do Ensino Médio das escolas que se destacam pela adesão, desempenho e evolução nas edições do Saerjinho.

A escola contemplada leva um grupo de alunos para passarem um final de semana na cidade do Rio de Janeiro, onde eles têm oportunidade de conhecer alguns pontos turísticos de sua escolha, participar de espetáculos culturais, além de terem direito a transporte, alimentação e hospedagem: tudo oferecido pela SEEDUC.

Quando começou, em 2011, o programa premiava três escolas por edição do Saerjinho. Em 2012, o programa passou a contemplar cinco escolas, por edição, proporcionando também uma viagem a professores:

Entre os objetivos estão o de estimular a participação dos alunos da rede no Saerjinho; valorizar o esforço e o mérito dos alunos e professores que apresentam bons resultados; oferecer aos alunos/professores e funcionários, a oportunidade para conhecer diferentes pontos turísticos e culturais do Rio de Janeiro; e possibilitar a vivência de novas experiências que irão enriquecer a visão de mundo dos alunos (SEEDUC, 2012).

Essas iniciativas e estratégias servem de incentivo para que gestores, professores e alunos participem e se empenhem na realização do Saerjinho. Sendo esta avaliação uma das medidas do plano estratégico da SEEDUC-RJ, na busca de melhores resultados para a educação fluminense, as ações do governo estadual, em favor da mesma, justificam-se.

Vale ressaltar, no entanto, que os gestores e professores, da escola analisada, começaram a incentivar e trabalhar pelo bom andamento do Saerjinho, ainda antes de conhecerem ou terem clareza sobre a ligação do exame com esses programas. E ressaltamos, ainda, que os atores da escola estão vinculados a esses

programas, o que confirma o empenho da escola com a avaliação: como gestora da escola, fui aprovada para cursar o Mestrado do PPGP; há diversos professores cursando a Formação Continuada da SEEDUC; cerca de 40 alunos do ensino médio estão matriculados nos cursos técnicos do PRONATEC; diversos alunos estão cadastrados e empenhados para fazerem jus ao benefício do Renda Melhor Jovem; e, pelos resultados alcançados em 2011, os servidores da escola foram contemplados com a Remuneração Variável do programa de bonificação. Estas são algumas conquistas mais palpáveis que decorrem da implementação do Saerjinho na escola.

1.5 A escola

O cenário da presente pesquisa, como já mencionado, no início do primeiro capítulo, é uma escola localizada na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que atende ao segundo segmento do Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos – nível Médio, o Projeto Autonomia – Fundamental, e está concluindo em 2013 a oferta do Curso Técnico em Contabilidade, uma vez que a SEEDUC-RJ está retirando das escolas de ensino regular a oferta do ensino profissional.

A escola conta com um espaço físico considerável, com laboratórios – de informática e de ciências – uma biblioteca bastante diversificada e bem frequentada pelos alunos, sala de vídeo, auditório para eventos culturais, quadra poliesportiva, refeitório, pátio coberto e uma boa área verde. Além disso, está em processo de instalação uma Sala de Matemática, do programa SESI-FIRJAN, em parceria com a secretaria estadual.

O quadro de professores da escola é completo, mas o quadro de servidores extraclasse é deficiente, especialmente em relação à Coordenação Pedagógica – uma função importante para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem: a escola não conta no momento com nenhum coordenador, o que gera um acúmulo de atribuições para a direção da escola, que precisa se desdobrar no acompanhamento ao processo pedagógico. Portanto, a equipe gestora é formada por mim – diretora geral, pela diretora adjunta, que assumiu o cargo provisoriamente

em 2013, enquanto aguarda a realização de novo processo seletivo pela SEDDUC, conforme a Resolução n.º 4670, de 2011, que regulamenta a seleção para o cargo de diretor.

Como diretora geral, também, não passei pelo processo seletivo, pois havia assumido o cargo em 2009 e, quando o processo seletivo foi instituído, houve a possibilidade de os diretores, que estavam no cargo, permanecerem desde que demonstrassem interesse e se dispusessem a adotar as novas medidas da secretaria, o programa de educação, citado no início do capítulo.

Embora a escola esteja localizada em uma cidade pequena – Italva – que é caracterizada por uma população de baixo poder aquisitivo, sua clientela em geral não apresenta muitas carências e seus responsáveis demonstram interesse na formação de seus filhos, participando sempre dos eventos escolares, quando a escola os convida ou convoca, o que se verifica nos livros de registro de presença. Em geral, os responsáveis também se interessam em acompanhar o desempenho dos filhos, através do sistema informatizado Conexão-Educação, onde os professores lançam as notas dos alunos bimestralmente. Quando um responsável não tem acesso à *internet* em sua residência, é disponibilizado o laboratório de informática para que a consulta seja feita na escola, com o auxílio de um funcionário.

1.6 O Saerjinho na escola analisada

A instituição da Avaliação Diagnóstica – Saerjinho – pela Secretaria Estadual de Educação, em 2011, como parte do Planejamento Estratégico, não encontrou muita resistência entre professores e alunos na escola, os quais realizaram o teste normalmente, tendo a escola um alto índice de frequência no dia da prova do primeiro bimestre, ao contrário do que ocorreu na capital fluminense e em outras cidades, onde os docentes aderiram a paralisações convocadas pelo SEPE (Sindicato dos Profissionais da Educação) para os dias agendados para as avaliações, numa ação de boicote à prova, como se lê em notícia publicada no *site* G1¹², de 15 de julho de 2011:

¹² G1 é o portal de notícias do Sistema Globo de Comunicações.

Secretaria denuncia boicote a exame de avaliação bimestral no RJ

Em meio à greve dos professores da rede estadual de ensino do Rio, a Secretaria de Estado de Educação denunciou, nesta sexta-feira (15), que centenas de alunos teriam boicotado o exame de avaliação bimestral, realizado em junho, por orientação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE). O **RJTV** teve acesso a algumas das provas do chamado “Saerjinho”, em que foram colados até panfletos do sindicato.

Na escola, mesmo sem informações mais detalhadas sobre os critérios do programa, os professores começaram a se dedicar ao exame, trabalhando na preparação dos alunos, através da Matriz de Referência e do Currículo Mínimo, e também incentivando para que todos se fizessem presentes, no dia da prova. O incentivo da gestão e dos professores se deu ainda através de visitas às turmas que seriam avaliadas para o estabelecimento de metas de crescimento, uma ação implementada na escola para despertar nos alunos o interesse em realizar a prova de maneira responsável, pois suas turmas dependem do seu desempenho para alcançarem as próprias metas. A cada bimestre desde o início de sua implementação, a avaliação vem envolvendo, cada vez mais, os professores, os alunos e, também, seus responsáveis num crescente comprometimento com esse processo, tendo a escola registrado bons índices de adesão, desde a primeira edição do Saerjinho, o qual possibilita um diagnóstico da aprendizagem e do cumprimento do Currículo Mínimo e, ao mesmo tempo, prepara os alunos para a Avaliação Externa anual da SEEDUC-RJ, o SAERJ.

Como citado, os responsáveis pelos alunos também se envolvem e demonstram comprometimento com a avaliação. Isso se comprova, por exemplo, pela preocupação que têm em contatar a escola, caso o filho tenha um problema de saúde ou um exame médico previsto e não possa comparecer no horário normal de entrada: neste caso, o responsável leva o filho, pessoalmente, no horário da prova – que tem início mais tarde – para que o mesmo não a perca. Em um dia comum, se o aluno tem um problema como esse, simplesmente falta às aulas e traz o Atestado Médico no dia seguinte, mas no dia do Saerjinho os responsáveis têm mostrado atenção especial em evitar que seus filhos percam o dia letivo.

No primeiro bimestre, quando foi anunciada a data de realização do Saerjinho, embora não tenha havido rejeição por parte de professores e alunos, não houve também uma grande mobilização na escola em função da prova, pois esta

não foi vista como um ponto importante do programa, sendo considerada apenas mais uma avaliação que vinha da Secretaria Estadual para a escola.

Normalmente, quando é anunciada uma nova medida de governo para que a escola cumpra, sem que a comunidade seja bem informada, acontece uma rejeição dos professores. Mas isso não aconteceu na escola em análise, embora tenha havido uma paralisação convocada pelo SEPE no dia da prova, em várias cidades, como demonstrado no início desta seção. No entanto, mesmo sem uma grande conscientização da comunidade escolar, cerca de 90% dos alunos realizaram a prova e os professores do dia estavam todos presentes, contribuindo com a aplicação da mesma.

Além do Saerjinho, as mudanças estruturais que fazem parte do planejamento estratégico do órgão gestor da educação e que visam à elevação do padrão do ensino no estado, são:

- o Programa GIDE (Gestão Integrada da Escola);
- o Currículo Mínimo – Conjunto de diretrizes institucionais sobre os conteúdos, competências e habilidades a serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem;
- o plano de metas e a remuneração variável por metas atingidas;

Após um ano de implementação do programa estadual de educação, vivenciando diariamente essas mudanças e refletindo sobre as ações dos atores escolares, pôde-se observar que, a princípio, a equipe não conseguia diferenciar Currículo Mínimo de Matriz de Referência; IDEB de IDERJ; metas anuais de bimestrais; SAERJ de Saerjinho, e outras tantas situações que nos apanhavam de surpresa cotidianamente. Esse entendimento começou a acontecer com a própria experiência da equipe escolar e com o acompanhamento e orientação da IGT¹².

Nesse contexto inicial de incertezas, o resultado alcançado pela escola na primeira edição do Saerjinho não foi considerado adequado, pois ficou abaixo das metas que a escola tinha. A equipe foi, então, surpreendida pela necessidade de

¹² Os IGTs são professores da Rede, aprovados através de processo seletivo, que integram o Grupo de Trabalho Temporário instituído pela Resolução N° 4646, de 22/ 11/ 2010 e recomposto pela Resolução 4688, de 13/04/2011. Cada IGT atende entre 5 a 7 escolas, fazendo visitas semanais em cada uma (SEEDUC, 2013).

¹³ As metas do IDERJ são estratificadas, isto é, além da meta anual, há metas bimestrais, no chamado Iderjinho. Nesse indicador sintético bimestral (Iderjinho), as metas são uma repartição da meta anual: no primeiro bimestre, espera-se alcançar pelo menos 70% da meta anual; no segundo, pelo menos 80% e, no terceiro, 90% (Documento: SEEDUC em números – Transparência na Educação, 2012).

realizar uma reunião para preenchimento do RADM (Relatório de Avaliação de Desvio de Metas) e apresentar as propostas de ações em encontro realizado na sede da Diretoria Regional.

O RADM é um procedimento que faz parte do programa GIDE e acontece na escola quando o resultado da avaliação bimestral, que compreende o ID e o IF¹³ não corresponde à meta estabelecida. A reunião de RADM é conduzida pelo gestor escolar, sob a orientação do IGT, com a participação de professores da turma em que foi identificada a maior defasagem na avaliação. Nesta reunião, procuram-se detectar as causas do desvio e, ao mesmo tempo, devem-se apresentar propostas de ações concretas para a solução e reversão do problema.

Essa situação que causou decepção e temor à equipe de gestão e, também, aos professores, demonstrou-se mais tarde como positiva, pois serviu para alertar a todos sobre a necessidade de unir forças e empreender ações para que os resultados melhorassem. A reflexão sobre as dificuldades da turma que apresentava defasagem, a análise do trabalho desenvolvido pelos professores no período e a proposição de ações para o incremento da aprendizagem e dos resultados constituíram-se em situações decisivas para o crescimento da equipe.

No segundo bimestre, a situação começou a mudar. Os professores começaram a entender melhor o trabalho, as turmas a serem avaliadas foram visitadas e incentivadas a estabelecerem suas próprias metas de crescimento; os alunos se envolveram e se comprometeram mais, foi proposta uma premiação para os bons resultados e, aos poucos, quase todos na escola já estavam conscientes da importância da prova.

Um dos fatores, amplamente trabalhados, foi a necessidade da frequência do alunado no dia da prova, pois este representava o primeiro ponto a ser garantido para o sucesso da avaliação. Assim, visitamos as turmas nos dias anteriores à prova mostrando a importância de todos participarem, pois a prova serviria para a avaliação da escola, da turma e do aluno, em particular; os professores reforçavam nas salas o incentivo à presença de todos; os próprios alunos alertavam uns aos outros para que não faltassem, pois isso dificultaria o alcance das metas

estabelecidas para a turma. Enfim, praticamente, todos os atores da escola começavam a se envolver.

Após a avaliação do 2º bimestre, a equipe escolar teve a boa notícia de que estava entre as cinquenta escolas de maior adesão ao Saerjinho no estado. Inclusive, esse alto índice de adesão foi o critério utilizado pela SEEDUC para abrir a possibilidade de os gestores escolares concorrerem a vagas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF, conforme demonstra a Resolução SEEDUC Nº 4709:

Art. 1º - A presente Resolução visa dispor sobre os critérios para participação do processo seletivo às vagas ofertadas por esta Secretaria ao programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em 2011.

Art. 3º - Serão disponibilizadas 20 (vinte) vagas para os servidores ligados à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, que serão distribuídas, preferencialmente, da seguinte forma:

I - 08 (oito) vagas destinadas a Diretores das 15 (quinze) Diretorias Regionais, a serem preenchidas em ordem de classificação, no processo seletivo para o Mestrado Profissional da UFJF;

II - 12 (doze) vagas destinadas a Diretores e Diretores Adjuntos das 51 (cinquenta e uma) unidades escolares de Ensino Médio que obtiveram maior índice de adesão na avaliação do Saerjinho junho/2011 (listagem publicada no site da SEDUC) (RIO DE JANEIRO, 28/07/11).

Essa oportunidade de concorrer à vaga de Mestrado do PPGP foi entendida como um prêmio, não só para os gestores escolares, mas para toda a escola que via seu esforço recompensado e, também, configurava-se como um incentivo à adesão de todos os atores escolares ao programa educacional do estado do Rio, que se mostrava sério no que tange à valorização dos profissionais da educação.

O Saerjinho passou a fazer parte do calendário de provas bimestrais da escola, sendo inclusive aplicado às turmas da Educação de Jovens e Adultos, para as quais a prova não era destinada, até 2012, pois o programa se restringia apenas ao ensino regular. Essa foi uma decisão da equipe escolar, considerando que essas turmas seriam avaliadas mais tarde, pois as turmas concluintes da EJA também participam da avaliação final – o SAERJ. Por isso, a direção junto com o corpo docente considerou ser necessário aplicar a avaliação diagnóstica para as turmas da EJA, para integrá-las a essa vivência da escola e também para contribuir em sua preparação para enfrentar a avaliação externa, amenizando as dificuldades desses alunos nesse tipo de exame. Também às turmas de 6º, 7º e 8º ano do Ensino

Fundamental são aplicadas questões da prova, com pequenas adequações; e, a partir de 2012, um Teste Simulado bimestral, nos moldes do Saerjinho, passa a ser aplicado a essas turmas, com vistas a preparar os alunos para as futuras avaliações a que serão submetidos.

Além de estender a prova para outras turmas, a gestão busca mecanismos para envolver os atores da escola e comprometê-los com o Saerjinho, inclusive os servidores que atuam em funções extraclases e o pessoal de apoio – serventes, merendeiras – todos estão conscientes da importância da prova e procuram incentivar os alunos para que se esforcem em melhorar seus resultados.

Outra ação que parece contribuir para a melhor preparação de professores e alunos para o Saerjinho é a participação de alguns docentes da escola na Formação Continuada oferecida pela SEEDUC para os professores das turmas avaliadas. O curso está diretamente ligado à implementação do Currículo Mínimo e do Saerjinho, segundo o *site* da SEEDUC, 2012: “Uma parceria entre as Secretarias de Estado de Educação e Ciência e Tecnologia permitirá a formação de professores da rede estadual de ensino nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática” e, ainda, de acordo com o atual secretário de estado de Educação, Wilson Risolia, essa formação está diretamente ligada à implementação do Currículo Mínimo e às avaliações diagnósticas bimestrais, como se lê na mesma reportagem:

Um dos itens do planejamento estratégico da SEEDUC é a formação dos professores, conectada à aplicação do Currículo Mínimo e às provas do Saerjinho. Estes exames, bimestrais, vão servir para tirarmos a temperatura e a pressão das escolas. A partir dos resultados, vamos interferir no plano de metas de cada unidade (SEEDUC, 2012).

As atividades realizadas no curso são trazidas para a sala de aula e facilitam o trabalho dos professores, no que diz respeito aos descritores da Matriz de Referência, na preparação dos alunos. No ano de 2011, seis professores de Língua Portuguesa e Matemática participaram do Curso e, em 2012, além destes estão participando, também, professores de Ciências, História e Biologia, uma vez que a oferta foi ampliada para os professores dessas disciplinas.

A preparação, também, acontece regularmente por meio de aulas extras de português e matemática, especialmente para o 9º ano, cujos alunos têm apresentado maiores dificuldades. As aulas de Língua Portuguesa são ministradas por uma das professoras que atua na biblioteca e desenvolve, principalmente,

atividades voltadas às habilidades de leitura; enquanto as aulas de Matemática são ministradas por um ex-aluno da escola, que, por estar cursando a licenciatura atualmente, ministra aulas como crédito para o estágio exigido por seu curso de graduação.

A ação da gestão escolar para conseguir a atuação desses profissionais nessas aulas extras consistiu em dois focos: redução da carga horária da professora de Língua Portuguesa, na biblioteca, e acordo com o universitário, que havia procurado a escola, solicitando permissão para realizar o estágio. Sendo esse estudante conhecido na comunidade, por ministrar aulas particulares de Matemática, e tendo um relacionamento prévio com a escola, uma vez que na mesma cursou o ensino médio, solicitamos que, ao invés de apenas observar o trabalho dos professores, atuasse junto às turmas de 9º Ano, ministrando aulas dessa disciplina, após o horário normal dos alunos. Este estagiário atuou, sob a supervisão da professora titular da turma, com foco direcionado aos descritores das avaliações de larga escala. As aulas contaram com a aquiescência dos responsáveis e a escola forneceu documento comprobatório da atuação do estagiário, para ser apresentado à supervisão de estágio de sua faculdade.

Além disso, os professores do Ensino Médio procuram se organizar para aproveitarem o tempo com atividades das disciplinas avaliadas no exame. As turmas de 2ª série, por exemplo, em um dia da semana têm apenas quatro aulas, o que lhes permitiria sair mais cedo da escola. Mas, geralmente, algum professor aproveita esse tempo disponível dos alunos para fazer alguma revisão ou trabalhar com questões típicas do Saerjinho.

No período que antecede o exame, há um esforço concentrado dos próprios professores das turmas avaliadas para conciliar o cumprimento do planejamento regular com o trabalho com os descritores a serem cobrados, em cada bimestre, através de revisão das provas já realizadas e também de atividades que abordam especificamente tais competências. Além disso, as turmas são visitadas por uma equipe formada por membro da direção e por professores que, juntamente com os alunos, analisam os resultados obtidos na avaliação do bimestre anterior e estabelecem metas de crescimento, em cada disciplina avaliada no Saerjinho.

Outro fato que contribui para o envolvimento da comunidade escolar com a prova é que a legislação vigente exige que o resultado do Saerjinho incida na nota bimestral do aluno. Em cumprimento à legislação, a equipe da escola – gestores,

coordenadora pedagógica e professores – reúne-se para atribuir um valor ao Saerjinho, o qual é aproveitado em todas as disciplinas para compor a nota bimestral. Dessa forma, os alunos, que são amplamente informados sobre a avaliação e o valor, sentem-se mais comprometidos em realizar a prova de maneira responsável.

§ 6º - A Avaliação Diagnóstica Bimestral (Saerjinho), aplicada no 5º e 9º do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, é um dos instrumentos obrigatórios de avaliação, com nota/peso definido(a) pelo professor, e deverá ser registrada no diário de classe ou outro instrumento indicado pela SEEDUC (RIO DE JANEIRO. Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 174, de 26/08/2011).

Com essas medidas, o Saerjinho entrou para a rotina da escola, sendo considerado não somente no período de sua realização, mas durante todo o processo em que alunos e professores mantêm o foco na realização do próximo exame, analisando se as metas foram alcançadas, quais os descritores foram apreendidos e quais serão avaliados na prova seguinte. Este foco dos atores da escola na avaliação diagnóstica bimestral é comentado pela professora Karen (2013), em sua entrevista:

Na escola, o Saerjinho é encarado com muita seriedade, os professores estão sempre comprometidos com esta avaliação: trabalhamos revisão, organizamos exercícios, refazemos as provas dos anos anteriores e procuramos nos orientar de acordo com as matrizes de referência, a fim de auxiliar o aluno na hora da prova.

No dia da prova, os alunos chegam no horário normal e os professores que ministram as aulas iniciais, são orientados para proporcionarem atividades leves que, ao mesmo tempo, ajudem os estudantes a relaxarem e a recordarem pontos das disciplinas avaliadas que podem ajudá-los na prova.

Antes do início da prova, os professores e também os alunos se comprometem a observar se alguém não está presente e, caso isso aconteça, comunicam imediatamente à direção para que faça contato com a família, para que esse aluno não perca a prova. Em algumas ocasiões, a direção providenciou meios para que alunos faltosos fossem apanhados em casa para não perderem a prova. Por exemplo, houve ocasião em que a família de um aluno, ao ser questionada por telefone sobre a ausência do educando, informou que o mesmo estava passando mal e não tinha condições de ir a pé para a escola: imediatamente, foi solicitado a

uma professora que fosse à casa do aluno para buscá-lo de carro. A professora buscou o aluno que, ao terminar a prova, foi levado de volta para casa. Muitas outras situações desse tipo já aconteceram e foram resolvidas, pelo empenho dos próprios alunos, de professores e gestores da escola.

Essa preocupação dos alunos se justifica, também, pelo fato de que, tendo toda turma uma meta de crescimento a buscar, as faltas representam baixo índice de adesão e, conseqüentemente, dificuldade para o alcance dessa meta.

Logo que termina a prova, nas primeiras turmas, os docentes já começam a se reunir na sala de professores para tentarem resolver as questões e organizarem o gabarito para a correção interna, que é feita assim que termina a aplicação. Ao ser publicado o gabarito oficial, os professores conferem com o seu e, caso haja divergência em alguma questão, reúnem-se novamente para discutir e tentar entender o fato.

Quando os resultados da escola são divulgados, os professores apresentam aos alunos seus percentuais de acertos, para analisar os descritores que não foram satisfatoriamente apreendidos pela turma, de modo a trabalhar novamente na construção daquelas competências.

Sempre que possível a gestão da escola procura premiar os alunos, pelos bons resultados nas avaliações internas e, também, pelos resultados alcançados no Saerjinho. Esses alunos são convidados para viagens e passeios culturais organizados pela escola, participam de sorteios de brindes em eventos escolares, enfim, ganham destaque nas atividades da escola.

Dessa forma, esses educandos sentem que são valorizados em seu esforço por bons resultados e se comprometem a melhorar sempre mais. Por outro lado, para aqueles que ainda não alcançaram resultados satisfatórios, a premiação serve de desafio para que busquem também alcançar as suas metas e possam participar das próximas etapas de premiação. O destaque dado aos alunos com boa proficiência, em nenhum momento, configurou-se como fator negativo. Ao contrário, todos reconhecem a importância de premiar e incentivar quem alcança bons resultados e demonstram interesse em crescer para estarem entre os destaques.

Neste primeiro capítulo, através da contextualização da escola analisada frente às avaliações externas, procurou-se dar a dimensão de como a Avaliação Diagnóstica Saerjinho contribuiu para trazer a discussão sobre as avaliações sistêmicas para o cotidiano escolar.

No capítulo seguinte, daremos continuidade à discussão sobre as avaliações externas, buscando uma visão ampliada das mesmas e, também, procuraremos aprofundar na análise da escola, através da investigação junto aos atores escolares para verificar se a premissa de que o Saerjinho impactou a concepção de avaliações dentro do contexto escolar se confirma e, a partir das conclusões da pesquisa, encaminharemos para a proposta de que este processo avaliativo seja efetivamente um contributo para se enfrentar os desafios da qualidade educacional, que se apresentam à gestão escolar hoje.

2. A ESCOLA E O SAERJINHO: UMA INTERAÇÃO POSITIVA

Neste segundo capítulo, busca-se aprofundar o entendimento de como se dá a relação entre os atores da escola em análise e o Saerjinho, uma vez que a implantação deste processo avaliativo aponta para uma mudança na visão dos mesmos sobre os mecanismos de avaliação interna, utilizados na escola, e sobre as avaliações externas, presentes nas redes de ensino.

A discussão sobre a qualidade da educação, nas últimas décadas, tem-se feito presente nas diversas esferas sociais: governo, educadores, pais, alunos e cidadãos em geral. A sociedade questiona os padrões de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas e privadas do país que, muitas vezes, percebe-se em situação desconfortável ao ser classificado entre os países com ensino de menor eficácia e com resultados muito aquém dos patamares da regularidade.

Na busca por essa qualidade, os processos avaliativos da educação e, conseqüentemente, das instituições, dos docentes e de todos os sistemas de ensino, passam a fazer parte do cotidiano da escola brasileira. Em especial, a avaliação em larga escala que é considerada um importante instrumento de verificação da qualidade da educação e que oferece dados significativos para que os governantes possam implementar políticas públicas de melhorias do ensino e para que as escolas possam planejar e empreender ações de intervenção no processo ensino-aprendizagem para reverter resultados negativos ou insatisfatórios. Segundo WITTMANN (2008), a avaliação:

Tem como objetivos: oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas; identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino; produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos.

Os profissionais da escola, foco da presente pesquisa, embora estivessem atentos à necessidade de ministrar um ensino eficiente à sua clientela, não demonstravam, em seu cotidiano, essa preocupação com tais padrões que ranqueiam escolas e redes de ensino e, assim, tal discussão não estava no centro

do debate escolar. Na verdade, o conhecimento sobre as avaliações externas era pequeno, limitando-se às informações que chegavam, esporadicamente, pelos meios de comunicação ou pelos informativos publicados pela SEEDUC, após a avaliação anual. Mas estes demoravam a chegar à escola – normalmente no final do ano seguinte à avaliação – e, por isso, não despertavam mais o interesse da comunidade, que considerava suas informações defasadas, pois os alunos que tinham sido avaliados já tinham progredido de série ou mesmo deixado a unidade escolar, como é o caso dos alunos de 3ª série do ensino médio.

Na escola, portanto, não se tinha essa consciência de que aqueles resultados alcançados constituíam-se um retrato do trabalho realizado e, se esse trabalho não havia alcançado bons resultados com os alunos do ano anterior, era necessário rever essa prática, pois os alunos seguintes passariam pelo mesmo processo e, certamente, teriam resultados semelhantes. Os atores escolares não viam os resultados das avaliações como instrumentos necessários ao replanejamento de ações, com vistas à reversão de quadros negativos, ou para a efetivação de uma prática bem-sucedida.

Dessa forma, as avaliações padronizadas, de nível estadual ou mesmo nacional, que já faziam parte da realidade da escola, há anos, não influenciavam a prática pedagógica desenvolvida e, seus conteúdos e resultados, não eram tomados como balizadores de um plano de ação para o trabalho escolar. Nesse sentido, o Saerjinho parece representar um divisor de águas na compreensão de processos avaliativos da escola, pois os professores já demonstram essa percepção. Ao ser questionada sobre os efeitos do Saerjinho na aprendizagem dos alunos, a professora Júlia (2013) se posiciona:

O Saerjinho é um instrumento a mais que nos permite acompanhar o desempenho dos alunos nas diferentes etapas do processo educacional e nos auxilia a ajustar as nossas práticas docentes às necessidades desses alunos, especialmente dos que têm mais dificuldades. Assim, evitamos diagnósticos tardios que não trazem nenhum benefício para o aprendizado dos alunos.

Dessa forma, o Saerjinho torna-se um mecanismo de diagnóstico dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos, para contribuir na intervenção, enquanto é possível ajustar os métodos e práticas para o melhor desempenho dos alunos nas avaliações externas e internas. Como afirmou a

professora: de nada adiantaria um diagnóstico tardio, quando já não houvesse tempo para a correção. Com o Saerjinho, esse tempo se mostra hábil.

2.1 As Avaliações Externas na escola em análise, antes do Saerjinho

Antes de ser instituído o Saerjinho pela SEEDUC-RJ, como já mencionado, as avaliações externas não tinham muita relevância para a comunidade escolar do presente estudo. Observando essa trajetória da escola, é possível perceber que as orientações, vindas das instâncias superiores, quanto ao trabalho com matrizes de referência ou sobre as avaliações externas e a apropriação de seus resultados eram incipientes e não produziam as reações esperadas nos docentes. E, sendo as informações sobre tais avaliações bastante escassas, não havia na escola nenhuma atenção ao tema, durante o ano letivo. Alguma preocupação só era percebida na época da avaliação anual, mas a maioria dos atores escolares não se envolvia com o processo, que tinha um caráter isolado das demais atividades educativas da escola. Sobre o assunto, assim se pronuncia a professora Karen (2013), docente de Língua Portuguesa, que atua na escola há cinco anos:

Antes da implementação do Saerjinho, acredito que muitos docentes da rede estadual de ensino nem tinham conhecimento sobre a real importância das avaliações externas. Com a avaliação bimestral, elas começaram a ser encaradas com mais seriedade e os professores têm uma preocupação maior com sua prática, para que a escola tenha um bom desempenho. Quanto aos alunos, vejo que eles também têm procurado fazer um bom trabalho, estão amadurecendo aos poucos, mas já se empenham mais para que os resultados sejam positivos.

Faltava, como dissemos, a conscientização de que as avaliações externas fazem parte de um processo de busca da qualidade da educação, em âmbito local e nacional. Assim, a Avaliação Externa Estadual – o SAERJ – era um fato isolado no processo educativo da escola: a Matriz de Referência não era conhecida e muito menos trabalhada pelos professores; os indicadores de resultados não eram considerados pelos docentes como fatores a serem avaliados no planejamento escolar; não havia preocupação com a construção das habilidades cobradas nas provas.

Quando atuei na coordenação pedagógica, ouvi muitas vezes reclamações de professores, no período próximo ao exame, pois, para eles, seria menos um dia para trabalharem o conteúdo ou as atividades previstas em suas disciplinas. O dia da avaliação era considerado, por alguns, como um dia perdido e, por outros, como um dia de folga para quem não trabalhasse como aplicador da prova.

O incentivo à participação dos alunos era feito em virtude de que o resultado do SAERJ determinava o número de alunos da escola que receberia, no ano seguinte, um *laptop* como prêmio pelo bom desempenho, conforme política de premiação apresentada na seção 1, do primeiro capítulo. Não havia um vínculo claro entre a avaliação externa, a qualidade do trabalho realizado e a aprendizagem dos alunos.

Os resultados obtidos pela escola, quando chegavam, em um manual publicado e enviado pela Secretaria Estadual, eram brevemente analisados pela Coordenação Pedagógica e repassados, através de informações expostas no quadro de avisos, para os professores que, não tendo sido envolvidos no processo avaliativo, também não demonstravam muito interesse nessa análise.

Atualmente, é possível perceber que, como nós da equipe gestora e do corpo docente não estávamos fortemente envolvidos com o processo avaliativo, os alunos e pais também não tomavam conhecimento dos resultados, a não ser para conhecerem os nomes daqueles que seriam premiados com *laptops*: esta era, de fato, a única motivação para a realização da prova e para a busca dos resultados. Após a divulgação dos contemplados, aguardava-se a data da entrega do prêmio e, então, o assunto só retornaria novamente à pauta, na época da aplicação da próxima prova.

Para que os educadores se apropriassem dos resultados, a SEEDUC, nesse período, publicava anualmente uma Revista Pedagógica com a análise de questões e de habilidades avaliadas no SAERJ, com a análise dos resultados alcançados pelos alunos de todo o estado e com uma página específica sobre o desempenho de cada escola. Essa publicação seria um material interessante e muito útil para que os professores pudessem fazer uma reflexão sobre a prática da escola, sobre as avaliações externas e as estratégias de trabalho em função dessas provas. Porém, sem uma orientação a respeito da importância das informações contidas na revista, nem preparo para a análise de seu conteúdo e, como a mesma chegava à escola muito tempo depois da prova, não despertava o interesse de nós, gestoras e

coordenadoras, que considerávamos o estudo defasado e sem aplicabilidade para a prática diária dos professores que, na verdade, nem tomavam conhecimento efetivo dos assuntos tratados nessa publicação. Esta percepção que, agora, refletindo em nossa prática passada, é possível ter, faz aumentar a responsabilidade em reverter esse quadro hoje, utilizando todos os recursos disponíveis sobre as avaliações para contribuir com o crescimento dos alunos, para que essas políticas cumpram seus objetivos e ajudem a melhorar a qualidade da educação.

2.2 Com o Saerjinho, o que mudou?

No primeiro capítulo do presente trabalho, já mencionamos que o Saerjinho proporcionou uma nova atitude de gestoras e professores frente às avaliações. Atualmente, na escola, os dias previstos para o Saerjinho constam no calendário anual e no calendário bimestral de provas, e os professores evitam agendar outras atividades avaliativas para esse período, a fim de não desviar a concentração dos alunos da avaliação diagnóstica.

Para a aplicação da prova, os professores são designados com antecedência e orientados para que leiam as instruções constantes no manual, de modo a não cometerem equívocos, durante a avaliação. Quando acontece de ser designado um professor que ainda não teve oportunidade de participar do processo, os colegas logo se dispõem a orientá-lo quanto aos procedimentos. Desde que o Saerjinho foi implantado, em 2011, foram convocadas algumas paralisações pelo SEPE, para os dias de provas: em nenhuma delas, houve adesão de professores da escola, que demonstram sempre interesse em contribuir para o bom êxito do processo avaliativo.

A participação dos professores nesse processo, aliás, é decisiva, pois eles estão em contato direto e diário com os alunos. Logo, vendo que seus professores estão envolvidos com esta avaliação e se empenham em prepará-los para a mesma, os alunos são impelidos a também se comprometerem. Como observa a professora Karen (2013), “os alunos se mostram mais comprometidos com o aprendizado, gostam de acertar, gostam quando os resultados são positivos, embora muitos deles ainda sejam imaturos para este tipo de avaliação”. Mas, também essa imaturidade

recebe a influência desse comprometimento dos docentes, que se preocupam em desenvolver no aluno o interesse em fazer um bom Saerjinho, como afirma a professora Elena (2013), docente de História, sobre a participação dos professores no processo avaliativo:

Temos o compromisso de cumprir o Currículo Mínimo e desenvolver no aluno o interesse em responder o Saerjinho com atenção e responsabilidade para sua aprendizagem e, conseqüentemente, para um resultado positivo no bimestre. Há também um trabalho de correção das provas com os alunos, com o objetivo de detectar erros e corrigi-los.

Entre as turmas, no período da prova, o assunto gira em torno do Saerjinho. Isso é possível perceber quando visitamos as salas para reiterar o incentivo para a prova e, ao entrarmos na classe, os alunos já se antecipam: “Vieram falar do Saerjinho.” E, entre os mesmos, observamos as conversas em que um cobra a presença e o compromisso do outro, para que a turma tenha um bom resultado. Além disso, há turmas que procuram a direção, quando percebem que determinado conteúdo previsto para a prova não foi satisfatoriamente trabalhado em sala. Geralmente, nesses casos, os próprios professores agendam com os alunos aulas extras para uma revisão e para os ajustes necessários. É claro que esta é uma visão geral do comportamento de professores e alunos: há, por certo, as exceções. Mas é impossível não observar o clima geral de atenção na escola, nos dias de prova.

Inclusive os servidores extraclasse colaboram para que o processo transcorra na maior tranquilidade possível: a merenda é preparada mais cedo, para que os alunos se alimentem antes da prova; as salas localizadas nas áreas mais silenciosas da escola são reservadas às turmas que serão avaliadas; na secretaria escolar, há um plantão para identificar alunos novos que, por acaso, ainda não constem nas listagens de prova. Os coordenadores de turno visitam as salas, antes do horário de prova, para conferir se todos estão presentes. Enfim, a escola se mobiliza em função do processo avaliativo bimestral.

Como as provas do Saerjinho permanecem na escola, os professores procuram verificar, imediatamente após o processo, se os conteúdos trabalhados em sala foram cobrados nas provas e como seus alunos se comportaram frente às questões apresentadas. Os docentes organizam os gabaritos e iniciam a correção das provas que, normalmente, envolve professores de outras áreas e até funcionários de outros setores: há um interesse geral em conhecer os resultados

alcançados pelas turmas avaliadas. Nesse processo de correção, os docentes já começam a identificar os pontos frágeis, na aprendizagem de seus alunos, que precisam ser revistos ou reforçados.

Nas entrevistas realizadas com professores, foi possível detectar também quais as ações são empreendidas no sentido de sanar essas fragilidades. A professora Amora destaca que, a cada resultado, pode-se ter a visão dos erros e acertos, detectando-se as maiores dificuldades e, de posse dessa análise, as provas são corrigidas com os alunos e novos itens preparados, com foco nos problemas encontrados. E enfatiza que esse exercício é feito durante todo o bimestre.

Uma professora de Matemática, porém, admite que ainda não é feito, em sua área, o trabalho ideal, a partir dos resultados do Saerjinho:

Percebemos que essa análise é de extrema importância para que tenham um melhor desempenho nos Saerjinhos posteriores, mas ainda não fizemos nenhum trabalho concreto a esse respeito, apesar de conversarmos muito sobre os erros da maioria dos alunos e a necessidade de se trabalhar mais determinados conteúdos (Júlia, 2013).

A mesma professora, no entanto, embora demonstre descontentamento com o trabalho do grupo de matemática, assume sua responsabilidade com o Saerjinho, procurando cumprir o Currículo Mínimo, trabalhar questões das provas dos anos anteriores e reforçar as habilidades e competências relacionadas à avaliação. Essa mesma postura se estende aos professores das outras disciplinas avaliadas: “as habilidades com maiores déficits tendem a ser mais trabalhadas com os alunos, a fim de que não haja prejuízos posteriores no momento do SAERJ”, observa Sílvio (2013), docente de Ciências, que atua há quatro anos na escola. Pensamento semelhante é demonstrado pela professora de Química e Física, Walma, que, com um experiência de dezoito anos na unidade escolar, também ressalta a importância desse trabalho:

Em minhas turmas, tenho que adotar práticas voltadas ao Saerjinho: pesquisei práticas diferentes, peço aos alunos que pesquisem para facilitar o desenvolvimento do conteúdo, pois o tempo é pouco. Além disso, como em português e matemática, os alunos estão estudando e lendo mais, isso influencia no aprendizado das outras disciplinas. Essa Interdisciplinaridade é muito importante.

Ao final do ano letivo, quando se aproxima a avaliação anual – o SAERJ e/ou a Prova Brasil – a escola já se encontra no ritmo das avaliações externas. Os

professores voltam seu trabalho para as matrizes de referência dessas provas, intensificando a preparação dos alunos; os responsáveis são informados sobre a importância e as datas das provas, para que incentivem seus filhos; há nas dependências da escola cartazes informativos, com incentivo à participação dos alunos; além da direção, os professores conversam com as turmas sobre a seriedade do processo, mostrando a importância da prova para eles e para a escola.

Esse interesse dos docentes da escola verifica-se, também, no começo do ano quando, nos dias de planejamento inicial, buscam entender os resultados da avaliação externa e também do fluxo escolar realizado pela escola, no ano anterior, o que antes do Saerjinho nem era cogitado. E, quando os gráficos com os resultados por turma são afixados no quadro informativo, já é comum ver os professores comentando e tentando interpretar tais resultados, observando em que turmas foram registrados os melhores índices de proficiência e quais requerem maior atenção, por apresentarem os maiores percentuais de alunos nos níveis baixo ou intermediário. Como os gráficos trazem os resultados dos anos anteriores, é logo feita a comparação e a análise da progressão ou regressão em relação às turmas passadas. A professora Elena (2013) comenta as mudanças que observa na escola, na qual atua há 18 anos, a partir da implantação do Saerjinho:

Houve um maior engajamento entre o professor e sua disciplina, que até então, era trabalhada sem um direcionamento mais consistente. A partir do Saerjinho, os professores passaram a ter mais cuidado com o resultado do aluno, que antes era um problema apenas do aluno.

Houve tempo em que o professor tinha compromisso apenas com suas aulas, o conteúdo a trabalhar, as atividades e avaliações. Quando o resultado do aluno era apresentado, não havia uma preocupação ou uma ação efetiva, por parte do corpo docente, para reverter o insucesso de um aluno: o problema, como afirmou a professora, era do aluno mesmo. Agora, pelo que se pode observar, essa postura tem mudado, revelando um comprometimento maior do professor com sua disciplina e com seus educandos.

Estas atitudes dos professores, ora observadas na escola, advêm por certo da nova rotina trazida pelo Saerjinho que, ao longo do ano, envolve e compromete os atores escolares com o processo avaliativo, mantendo a unidade escolar em

constante atenção a este tema que está no centro do debate da educação, na atualidade.

2.3 A atuação da Equipe Gestora frente aos programas ligados ao Saerjinho

As mudanças observadas na comunidade escolar, ora analisada, em virtude do Saerjinho, estão profundamente ligadas aos Programas implementados pela SEEDUC, vinculados a esta avaliação. E, para que esses programas adentrassem o cotidiano escolar e contribuíssem efetivamente para tais mudanças, houve uma atuação comprometida da equipe de gestão, que, reconhecendo a importância do momento histórico vivido pela educação do estado do Rio, tem estado sempre atenta às medidas e ações contidas no planejamento estratégico da secretaria estadual.

2.3.1 O diálogo da gestão com o Programa de Formação Continuada

Um dos programas que faz considerável diferença, segundo nossa análise, no comprometimento da escola em relação ao Saerjinho é a Formação Continuada, oferecida aos professores pela SEEDUC, através da FUNDAÇÃO CECIERJ (Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro). Sabe-se que formação e atualização dos profissionais que atuam na docência são exigências legais, pois, desde a Constituição Federal à legislação mais recente, há uma previsão de que seja oferecida formação continuada aos professores, para o incremento da qualidade da educação.

Na Lei 9394/96, o inciso II, do art. 67, indica a implementação de programas de formação continuada pelos sistemas de ensino, de maneira a buscar o melhor desempenho do professor no exercício de sua profissão:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Atenta a essa realidade e na busca de melhorar a aprendizagem de seus alunos e, conseqüentemente, o posicionamento do estado no *ranking* da educação nacional, a SEEDUC-RIO deu início, em 2011, ao programa de formação continuada, como parte das medidas adotadas no Plano Estratégico. E, na escola em análise, houve uma considerável adesão ao programa, certamente, pelo incentivo da gestão.

Quando esse programa foi divulgado pela secretaria, a equipe de gestão envidou esforços para encaminhar o maior número de professores para o mesmo: através de reuniões pedagógicas, conversas pessoais, mensagens eletrônicas, telefonemas e até da realização de inscrições, procurou-se sensibilizar os professores para que aderissem ao programa. Isso porque, diante da impotência da gestão em orientar professores quanto à aplicação do Currículo Mínimo e quanto ao preparo dos alunos para as avaliações externas – uma vez que a escola não conta com Coordenador Pedagógico – viu-se no programa de Formação Continuada um caminho para que os professores compreendessem e atuassem essas novas diretrizes, o que de fato vem acontecendo na escola.

Os professores que fazem a formação demonstram interesse e empenho na aplicação das atividades propostas no curso, as quais são elaboradas em consonância com os descritores das avaliações externas e com o Currículo Mínimo, como acontece em geral nos processos de formação continuada, que têm seu desenho voltado a determinado contexto, de acordo com a necessidade do momento:

Em todo projeto de formação, o currículo adquire centralidade, pois não só é conhecimento, como também é um processo que adquire forma e sentido, de acordo com a organização em que se realiza e em função do espaço e tempo em que se materializa (PACHECO, s.d. p.3).

Como têm tarefas e prazos a cumprirem, e como suas atividades do curso têm correspondência direta com o trabalho desenvolvido em suas turmas, esses professores desempenham suas funções com rigor e responsabilidade: planejamento, assiduidade, estudo, organização, troca de experiências e de materiais com os colegas, são constantes em sua rotina de trabalho.

Apesar de algumas dificuldades iniciais, na Formação Continuada, com relação aos encontros presenciais, os quais aconteciam em polos distantes,

dificultando ou mesmo impossibilitando a participação dos professores, após algum tempo de curso, ainda em 2011, pôde-se observar o entusiasmo dos mesmos com a formação, seu comprometimento em trazer e socializar com os colegas as atividades propostas e em aplicá-las aos alunos. Ao perceberem que a proposta do curso estava intimamente ligada ao Currículo Mínimo e ao Saerjinho, e sentindo o efeito do trabalho realizado no desempenho dos alunos, esses professores tornaram-se defensores da Formação Continuada e incentivaram outros a se inscreverem no programa. Finalmente, esses docentes viam que o seu trabalho não era solitário, pois podiam compartilhar suas dificuldades e anseios com os colegas cursistas e tutores, pela plataforma *MOODLE*, e o trabalho não era inócuo, uma vez que podiam constatar a resposta de seus alunos às propostas desenvolvidas em sala de aula.

Outra dificuldade apontada pelos professores relaciona-se ao grande número de atividades que recebem, pois, com poucas aulas semanais, torna-se impossível desenvolver satisfatoriamente todos os exercícios com os alunos. Assim sendo, procuram selecionar as atividades mais apropriadas e que atendam melhor o currículo, de modo que seus alunos não deixem de ter acesso ao rico material oferecido na formação.

No segundo ano da Formação Continuada, a mesma foi aberta a docentes de outras áreas do conhecimento. Por isso, professores de outras disciplinas, além de Língua Portuguesa e Matemática, puderam aderir ao programa, o que se configurou como fato positivo para a escola, pois, a partir de 2012, o Saerjinho passou a abranger as disciplinas de Ciências da Natureza e, em 2013, também as Ciências Humanas.

O papel da gestão nesse contexto é incentivar os professores para que não desanimem de sua formação, a qual traz benefícios para o processo pedagógico. Esse incentivo vai desde a facilitação do uso de recursos materiais e tecnológicos da escola – para que desenvolvam as propostas com suas turmas e suas atividades à distância – até a garantia do direito de escolha de turmas, nas séries para as quais estão realizando o curso. Este incentivo à formação dos professores se deve ao fato de as demandas do processo educativo se transformarem diariamente e, mediante o plano estratégico de ações implementadas no estado do Rio, a atualização docente constitui-se contribuição efetiva para as mudanças necessárias no interior da escola, com vistas a uma educação de qualidade.

A formação do professor tem forte impacto na qualidade de seu trabalho e acredita-se nos resultados positivos para o cotidiano escolar que podem advir de um programa institucional de formação continuada de professores. (...) Por meio dela, os professores estarão mais preparados para o exercício da profissão docente, demonstrando competência não apenas no domínio dos conteúdos específicos de sua licenciatura, mas também da pedagogia e da educação em geral (CUNHA *et al* (Orgs.), 2012. p. 212).

A qualidade da educação, portanto, está intimamente ligada à formação docente, pois o contato com novas estratégias educativas, com possibilidades inovadoras de desenvolvimento do conteúdo previsto, o compartilhamento de experiências com outros docentes, de realidades semelhantes ou diferentes, tendem a enriquecer e despertar o professor para o aprimoramento de sua prática.

Os gestores, na atualidade, sabem da importância de promover situações de aprendizagem e de formação para os docentes, sob sua gestão, visando alcançar sempre melhores índices no processo ensino-aprendizagem de seus educandos. Também é fato conhecido que, diante das limitações financeiras das unidades escolares, dificilmente o gestor escolar pode propiciar a seus professores espaços de capacitação com qualidade, com formadores e material adequado. Assim sendo, se a própria Secretaria Estadual oferece cursos, através de uma instituição confiável, com recursos que permitem ao professor participar de uma formação em serviço, em modelo semipresencial, tendo oportunidades de aplicar, de maneira imediata, o produto de seu aprendizado junto aos alunos, influenciando positivamente no desempenho destes, é razoável ao gestor viabilizar e incentivar a participação dos docentes nessa formação.

2.3.2 A ação gestora na implantação do Currículo Mínimo na escola

Sobre o trabalho com o Currículo Mínimo e as Matrizes de Referência, a equipe de gestão tem se dedicado em divulgar e fazer chegar a todos os docentes os materiais publicados pela SEEDUC e orientar a organização de seus planejamentos com base nesses materiais. Em cada reunião de Conselho de Classe, os professores são inquiridos sobre o cumprimento do Plano de Curso e são advertidos a registrarem de maneira coerente, no Sistema Conexão Educação¹⁵, as

¹⁵ Conexão Educação é o sistema eletrônico da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, no qual são registrados todos os dados referentes à escola, como: situação de servidores, quadro de horários, matrícula cadastro dos alunos. O gestor escolar é o principal responsável pela

habilidades do Currículo Mínimo, já trabalhadas com seus alunos. É interessante observar que, ao receberem alunos novos em suas turmas, os próprios professores questionam sobre o conteúdo estudado na escola de origem e, caso seja escola da Rede Estadual e os conteúdos do programa não tenham sido contemplados, eles fazem questão de mostrar aos alunos que o Currículo não está sendo cumprido na outra escola e que, nesse caso, deverão fazer alguma atividade de recuperação para que os mesmos não fiquem em defasagem. Percebe-se, assim, o comprometimento dos docentes com a Proposta Curricular instituída na Rede e, em alguns casos, quando não conseguem cumprir todo o conteúdo planejado, não hesitam em ministrar aulas extras, para que os alunos tenham oportunidades de aprendizagem daquilo que é previsto para o período.

A implantação do Currículo Mínimo na Rede Estadual do Rio de Janeiro segue uma tendência já observada em outros estados e até países: a busca pela unificação do currículo, na expectativa de que sejam oferecidas as mesmas oportunidades de aprendizagem e conhecimento aos educandos, colocando-os em situação de igualdade para enfrentarem desafios diversos, especialmente as avaliações em larga escala. Esta unificação curricular, em prol das avaliações externas, é percebida desde a Prova Brasil e é vista como positiva.

... a *Prova Brasil* contribui para a unificação do ensino em suas instituições. Isso é tido como um fato positivo, uma vez que a unificação curricular poderia vir a contribuir para que estudantes de todo o país tivessem acesso aos mesmos conhecimentos, independentemente da localidade em que vivem e da escola que frequentam (BONAMINO e SOUZA, 2012. p.12).

Na escola em análise, essa percepção de que caminhávamos para uma unificação aconteceu logo na chegada do Currículo Mínimo, o qual recebeu inicialmente críticas e até rejeição dos docentes que viam, em algumas disciplinas, os livros didáticos recebidos através do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), inutilizados, em parte ou totalmente, pois não contemplavam os conteúdos presentes no currículo implantado. As críticas se deram, principalmente, em função dos limites que a SEEDUC impunha, através do Currículo Mínimo, aos docentes

alimentação do sistema, mas os professores também registram dados, como: notas dos discentes e cumprimento do Currículo Mínimo.

que, a princípio, sentiam-se cerceados em seu trabalho, pois entendiam que este currículo estava fechado e não se poderia extrapolar o que ali estava contido.

Essa tendência homogeneizante é, aliás, analisada por estudiosos do currículo e merece a atenção, para que não se incorra no risco de se limitarem as possibilidades de aprendizagem dos educandos, pois a padronização tende ao estreitamento curricular. Em se tratando de Currículo Mínimo, é necessário cuidado para que não se omitam no processo ensino-aprendizagem os conteúdos necessários, mas não previstos nos documentos oficiais, publicados pelo órgão central, os quais podem ser vistos como, exclusivamente, voltados para o bom desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala.

Avaliações em larga escala tipicamente visam a objetivos cognitivos relacionados à leitura e à matemática. Essa não é exatamente uma limitação das avaliações, mas demanda atenção para riscos relativos ao estreitamento do currículo, os quais podem acontecer quando há uma interpretação distorcida do significado pedagógico dos resultados da avaliação (BONAMINO e SOUZA, 2012. p. 12).

Esse temor pelo estreitamento curricular foi, por várias vezes, ponderado pelos docentes e chamou-nos, também, à reflexão, pois entendíamos os riscos intrínsecos a essa nova medida da secretaria. Aos poucos, porém, começou-se a entender que o Currículo Mínimo pode ser enriquecido, isto é, se o professor vê a necessidade de inserir outros conteúdos no processo ensino-aprendizagem de sua turma deve fazê-lo, sem problemas. Dessa forma, a orientação dada aos professores foi que o Planejamento Anual deve conter o Currículo Mínimo, mas não se limita a este e, quando se percebe a necessidade de conteúdos considerados pré-requisitos, os quais não estão contemplados no currículo, pode-se fazer a inserção dos mesmos, modificando a ordem prevista no documento emitido pela SEEDUC, se isso representa um ganho para o aprendizado do aluno. Ou seja, ao organizar o seu planejamento, o professor tem liberdade para ordenar os conteúdos e acrescentar o que julgar necessário.

Nestes casos, a gestão recomenda, somente, que tenham atenção quanto à previsão da Matriz de Referência do Saerjinho, a qual delimita os conteúdos a serem cobrados em cada bimestre, de acordo com os descritores relacionados. Assim, para que não haja prejuízo para os alunos, se o professor pospõe um conteúdo e o mesmo está previsto para o Saerjinho do bimestre, esse docente deve reservar um

tempo de suas aulas para apresentar, ainda que rapidamente, esse conteúdo à turma. No momento previsto no planejamento, o professor promoverá o estudo aprofundado do assunto. Essa unificação de currículo – ou homogeneização – portanto, pode não se configurar tão rigorosa, quando sai do prescrito para o vivido em sala de aula.

Torna-se, assim, óbvio que a homogeneização opera ao nível do currículo intencional (prescrito, oficial, escrito), enquanto que, ao nível da sala de aula existe a diversidade.

Esta análise pode ser ainda mais potencializada pela noção de cultura-mundo, que de modo algum pode ser perspectivada como sendo una e unificada (PACHECO, 2011, p. 3).

Como argumenta o autor, não se pode esperar que haja absoluto rigor nessa homogeneização curricular, uma vez que na sala de aula existe uma diversidade tal, que pode impedir o fluxo dos conteúdos, do modo como foram prescritos nos documentos. Além disso, existem os fatores extracurriculares que não estão previstos nos programas escolares e que, em dado momento, são exigidos pelas circunstâncias peculiares do processo educativo. Na escola em análise, os professores têm demonstrado comprometimento com o Currículo Mínimo, envidando todos os esforços para cumpri-lo, mas não se furtam a desenvolver com seus educandos conteúdos e projetos extracurriculares, de acordo com as demandas identificadas em cada turma.

Vale ressaltar que os professores já experientes na escola reconhecem a importância do Currículo Mínimo para assegurar um trabalho sério, pois assim pode-se evitar que um docente, recém-chegado, trabalhe conteúdos de maneira descompromissada, sem um planejamento adequado e as turmas fiquem em defasagem. Situações desse tipo já aconteceram na escola com professores de contrato temporário, os quais, por despreparo e não tendo uma orientação curricular a seguir, trabalharam conteúdos desvinculados aos níveis e séries, causando verdadeiros prejuízos aos alunos. A professora Amora (2013), docente de Língua Portuguesa, em sua entrevista, ressalta o trabalho com o Currículo Mínimo e reconhece o valor de um programa unificado para o estado.

Após algum tempo trabalhando com o Currículo Mínimo, já percebemos que o mesmo nos ajuda a caminhar com mais segurança, pois sabemos que estamos ensinando o que foi pensado para todo o estado. Essa unificação é positiva, pois coloca todos os alunos em igualdade de condições e, diante

da possível mobilidade dos mesmos dentro da escola, da cidade ou do estado, acreditamos que não encontrarão dificuldades, uma vez que trilhamos o mesmo caminho, no que diz respeito ao currículo.

Assim sendo, com o devido cuidado para não transformar o currículo num manual fechado em que não haja abertura para o enriquecimento dos conteúdos, a proposta da SEEDUC pode ser a garantia de que não haverá desvios ou descasos com temas importantes para a formação dos alunos, além de propiciar segurança ao professor, no desenvolvimento de seu trabalho, e proporcionar a equidade de oportunidades que tanto se busca nos tempos atuais, uma vez que esses alunos concorrem entre si, em diferentes desafios da atualidade.

2.3.3 Gestão Escolar e trabalho com as Matrizes de Referência

Quanto ao entendimento das Matrizes de Referência, ao longo do ano, são disponibilizados exemplares dessas matrizes, de cada série, para que os docentes possam orientar seu trabalho pelos descritores e uma das ações que, também, empreendemos é a busca de envolver professores das diversas disciplinas para que auxiliem nesse trabalho.

Para envolver professores de outras disciplinas, além das avaliadas diretamente, a gestão procura incentivar a participação em oficinas, a leitura das matrizes, que ficam expostas na sala de professores para que todos tenham acesso. E, logo no início de 2012, a equipe gestora promoveu uma capacitação sobre os descritores cobrados nas avaliações, para professores de todas as disciplinas, com vistas a que todos percebessem possibilidades de contribuição no processo.

A capacitação consistiu na realização de uma oficina, conduzida por um professor da cidade de Itaperuna. O professor, baseado na experiência realizada em sua escola, promoveu um estudo dos descritores das matrizes do Saerjinho, em que docentes das várias disciplinas analisaram e detectaram habilidades que poderiam ser trabalhadas dentro de seus conteúdos. Essa atividade foi realizada de maneira lúdica, em grupos formados por professores das diferentes áreas, e todos se ajudavam na identificação das habilidades aplicáveis às suas disciplinas de atuação. Dessa forma, os professores de disciplinas não avaliadas diretamente puderam perceber que têm também uma parcela de contribuição a oferecer na preparação dos alunos para as provas. Por exemplo, observou-se que existem descritores em

Língua Portuguesa, que tratam de conteúdos relacionados às disciplinas de História ou Sociologia; como também, há descritores de Matemática que podem ser trabalhados na disciplina de Geografia ou até de Educação Física.

É certo que, a princípio, até os professores das disciplinas avaliadas no Saerjinho manifestaram alguma resistência ao encontro e houve quem apresentasse justificativa para não participar do evento. Os professores de disciplinas não avaliadas questionaram, ainda mais, a necessidade de atenderem à oficina, uma vez que suas disciplinas não estavam no programa da avaliação.

Com o desenvolvimento da atividade, no entanto, todos foram induzidos à leitura, interpretação e ao exercício prático com os descritores, o que favoreceu a compreensão dos mesmos e a percepção de que as questões cobradas no Saerjinho não se limitam às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, mas seu conteúdo dialoga com outras áreas e, portanto, supõe a colaboração de docentes dos demais componentes curriculares. Além do trabalho com os descritores, outras atribuições foram direcionadas aos professores, como por exemplo: orientação dos alunos quanto ao preenchimento do cartão-resposta, prática com questões de múltipla escolha, entre outras. Essa é uma maneira de responsabilizar a todos na busca das metas da escola, e não deixar somente aos professores das disciplinas avaliadas o compromisso de preparar os alunos.

2.3.4 A ação gestora frente aos programas discentes

No que tange aos programas como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o Renda Melhor Jovem – programas destinados aos discentes do ensino médio – a gestão escolar desenvolve ações específicas para que os alunos possam desfrutar desses benefícios, que se vinculam à realização do Saerjinho. São realizadas reuniões com os responsáveis e seus filhos para esclarecimentos sobre os programas e sobre a necessidade de comprometimento da família; visitam-se as salas, incentivando a participação dos alunos; são disponibilizados recursos materiais e humanos para que os estudantes possam se inscrever para os cursos oferecidos pelo PRONATEC e para que tenham sua documentação organizada, para participarem do programa Renda Melhor Jovem. Obviamente, esse apoio logístico, para a participação dos educandos nesses programas, vem acompanhado de um vigoroso incentivo para que se façam

presentes nas avaliações externas e realizem as provas com empenho e responsabilidade.

Esses programas são vistos como oportunidades para os educandos, especialmente ao se considerar que a escola está situada em uma comunidade pequena, em que são poucas as ofertas de crescimento para os jovens.

2.3.5 Extensão do Saerjinho a outras modalidades de ensino

Na escola analisada nesta pesquisa, é prática recorrente estender todos os projetos e atividades, realizados no âmbito escolar, aos alunos de todas as modalidades, de maneira que possam se sentir incluídos e participantes de todas as ações. O mesmo se deu com o Saerjinho. Desde a implantação desta avaliação, em 2011, sugerimos e os professores acataram a ideia de aplicar o Saerjinho também às turmas da Educação de Jovens e Adultos e aos alunos do projeto de correção de fluxo (Autonomia), para os quais a prova não era direcionada.

Esta ação tornou-se parte da avaliação bimestral, pois é atribuído um valor ao Saerjinho, para a composição da nota dos alunos, e, ao mesmo tempo, visa prepará-los para outras formas de avaliação incomuns em sua rotina, inclusive o SAERJ, ao qual os alunos concluintes são submetidos ao final da etapa escolar. Para que os alunos pudessem realizar a prova com tranquilidade, procurou-se aplicar uma prova adequada a cada nível, respeitando-se o ritmo de aprendizagem das turmas.

Além disso, foi criado na escola um exame bimestral interno, de caráter diagnóstico – denominado Simulado – para ser aplicado aos alunos de 6º ao 8º Ano do Ensino Fundamental, pois o Saerjinho também não se destina a esses. Com as mesmas disciplinas avaliadas no Saerjinho e, muitas vezes, aproveitando-se questões do mesmo, o exame busca preparar esses alunos para as avaliações externas, às quais serão submetidos futuramente. Como visto anteriormente, é o mesmo pensamento que levou a equipe escolar à opção de aplicar o Saerjinho para as turmas de Jovens e Adultos, pois estes alunos passam pela avaliação externa, quando concluem a modalidade. Dessa forma, a avaliação externa anual não seria, para eles, um fato novo e estranho, mas apenas uma continuidade do processo ao qual já estavam habituados.

Em 2013, a SEEDUC destinou o Saerjinho também às turmas da EJA e do Projeto Autonomia, enviando provas de Língua Portuguesa e de Matemática para esses alunos. No primeiro bimestre letivo, como esse já era um processo natural, as provas foram aplicadas aos alunos dessas modalidades, sem dificuldades: os registros de faltas foram poucos e o comprometimento foi semelhante ao que se vê no ensino regular. Internamente, ainda foram reproduzidas e aplicadas as provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas para as turmas da EJA, embora não fossem programadas pela secretaria.

Acredita-se que o envolvimento desses alunos no processo é, também, uma forma de prepará-los para outras avaliações, pois muitos prestam exame vestibular, ENEM e outros concursos. A dinâmica do Saerjinho favorece essa preparação: prova de múltipla escolha, envolvendo disciplinas diferentes; tempo determinado para a realização da prova; preenchimento de cartão-resposta são desafios novos, aos quais os alunos são apresentados na escola, para não passarem por maiores dificuldades, quando enfrentarem esses testes em seu cotidiano. Este fato é destacado pela professora Walma (2013) em sua entrevista:

A partir do Saerjinho, a gente contribui para treinar, na verdade, os alunos para fazerem uma prova fora da escola, pois muitos que não tinham o menor preparo sobre como se portar diante de uma avaliação, concurso, ENEM, estão mais aptos, pois a prova contribui para isso.

Esta é uma das muitas tarefas da escola, para a qual os docentes foram despertados, a partir do Saerjinho, e que pode representar para os adolescentes, jovens e adultos, um melhor preparo para o enfrentamento de diversas situações desafiadoras de seu cotidiano.

Neste segundo capítulo, procurou-se oferecer uma visão mais aproximada de como a escola em análise recebeu e desenvolve seu trabalho, a partir do advento da avaliação diagnóstica bimestral, o Saerjinho. Na tentativa de apresentar o posicionamento dos atores escolares, foi desenvolvida a pesquisa qualitativa, pela qual professores de diversas disciplinas puderam expressar sua percepção de como o processo avaliativo, ora analisado, contribui para mudanças no cotidiano escolar e que situações ainda carecem de ajustes.

Além disso, foi apresentado um panorama das ações da gestão escolar, em relação ao Saerjinho, delineando-se um quadro das intervenções que visam à

efetivação desta avaliação bimestral como um importante diferencial para a qualidade do processo ensino-aprendizagem, desenvolvido pelos diversos profissionais que atuam na unidade escolar que é foco deste estudo.

No capítulo final, é proposto um plano de ação que visa a alinhar as ações dentro da escola, no sentido de consolidar o Saerjinho como um processo avaliativo que reúna a comunidade escolar em torno de objetivos claros, que contemplem: a busca de unidade no trabalho desenvolvido, bem como a melhoria da qualidade do ensino oferecido e, em decorrência disso, a consecução de índices mais expressivos nos resultados das avaliações externas e internas.

3. AÇÕES PARA RESULTADOS EFICAZES

O presente trabalho é o resultado do estudo sobre o processo de implementação da avaliação diagnóstica bimestral, Saerjinho, em uma escola da região Noroeste do estado do Rio de Janeiro, na qual se procurou verificar se este processo avaliativo, recém-chegado às escolas estaduais, impacta as concepções de avaliação externa e interna dos atores da escola em análise nesta pesquisa.

O Saerjinho, como já foi descrito ao longo do trabalho, é uma avaliação implantada a partir de 2011 nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, sendo aplicada aos alunos de quinto e nono anos do Ensino Fundamental e a todas as séries do Ensino Médio. O objetivo dessa avaliação é monitorar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas, verificando as condições de aprendizagem dos educandos e promovendo, quando necessário, intervenções de formação continuada para os professores e de reforço escolar para os alunos, no sentido de melhor prepará-los para a avaliação externa anual, o SAERJ. No ano em que foi implantado, o Saerjinho, a exemplo de outras avaliações de larga escala, contemplava apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A partir do segundo ano de aplicação da prova, a mesma passou a contemplar as disciplinas de Ciências, para o quinto e nono ano, e de Física, Química e Biologia para as séries do Ensino Médio. Em 2013, terceiro ano de execução da política, foram incorporadas avaliações de História e Geografia, para todas as séries examinadas.

No primeiro capítulo deste trabalho, além da contextualização da escola em que foi desenvolvida a presente pesquisa, foram apresentadas as ações desenvolvidas na Rede Estadual de Ensino, a partir de um Plano Estratégico iniciado em 2011, com o objetivo de incrementar os resultados da educação fluminense, para elevar sua posição no *ranking* do IDEB, do penúltimo lugar em 2009, para um dos cinco melhores até 2015. Foram trazidos, também, os índices alcançados pela escola nas últimas aferições do IDEB e os resultados obtidos no SAERJ, na Prova Brasil e no Saerjinho, analisando-se as ações empreendidas, a partir da implementação desta nova política, e os seus efeitos no comportamento da unidade escolar, especialmente no que tange às avaliações externas.

No segundo capítulo, procurou-se proporcionar uma visão mais detalhada da interação da escola com o Saerjinho, a partir da ótica dos professores envolvidos, diretamente ou não, com a avaliação diagnóstica bimestral, os quais se expressaram

sobre o comportamento da escola em relação às avaliações de larga escala, antes e depois do Saerjinho, discorrendo também sobre o desenvolvimento de outros programas, relacionados a essa política, em sua prática cotidiana.

O intuito deste terceiro capítulo é apresentar uma proposta de intervenção, que visa a contribuir para o envolvimento efetivo da comunidade escolar em uma discussão informada sobre o currículo e sobre os aspectos mais relevantes da avaliação como processo interno e externo, e, conseqüentemente, com o planejamento e o empreendimento de ações que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino oferecido, para a construção de melhores indicadores na escola.

Percebeu-se, pela observação do ambiente escolar e pelas entrevistas realizadas, que o Saerjinho já contribuiu para diversas mudanças no cotidiano da escola, levando professores e alunos a uma maior conscientização sobre a importância dos processos avaliativos e a um maior comprometimento com o processo ensino-aprendizagem. É certo, também, que esta avaliação diagnóstica influencia a concepção de avaliação interna, quando o professor passa a se responsabilizar, junto com o aluno, por seu sucesso ou insucesso, a cada bimestre, buscando oferecer mais oportunidades de aprendizagem e, efetivamente, maiores condições de aprovação, o que resulta em possibilidade de melhor desempenho e índices mais positivos no fluxo escolar.

No que tange às avaliações externas, da mesma forma, pode-se perceber que, antes do Saerjinho, não havia na escola qualquer preocupação ou compromisso com sua realização e que, desde a entrada dessa avaliação na rotina escolar, há um maior entendimento dos atores escolares sobre os vários processos avaliativos padronizados, pelos quais a escola deve passar, despertando nesses profissionais o interesse em trabalhar na preparação dos alunos e acompanhar o desempenho dos mesmos e os índices finais da escola.

Porém, à vista das mudanças que foram acontecendo, à medida que a gestão e membros do corpo docente, da escola em análise, foram se apropriando dos procedimentos necessários, para que o Saerjinho cumprisse, de fato, os objetivos para os quais fora criado, isto é, verificação rápida dos resultados parciais da escola e intervenção no processo para melhorias dos resultados finais, percebemos também que tais mudanças precisam alcançar todos os setores da comunidade escolar, de modo que o maior número possível de educadores,

educandos e responsáveis sintam-se envolvidos e comprometidos com a atividade-fim da escola.

A partir dessas reflexões, a primeira proposta de intervenção em prol de ações mais eficazes, em relação ao Saerjinho, diz respeito à Formação Continuada oferecida pela SEEDUC, desde 2011, da qual alguns docentes da escola já participam. Esse curso semipresencial é visto, pelos professores que o atendem, como um caminho bastante proveitoso para o desenvolvimento de um trabalho adequado e efetivo com o Currículo Mínimo e com as Matrizes de Referência das avaliações padronizadas. Assim sendo, uma primeira ação a ser desenvolvida é a criação de estratégias para o envolvimento de um número maior de professores na formação, pois, dessa forma, esses docentes poderão aprimorar o manejo desses recursos, numa prática mais consistente e eficiente, que aproxime os alunos das habilidades necessárias ao bom desempenho nas avaliações padronizadas e nos processos de avaliações internas.

3.1 Ações desenvolvidas em colaboração

Na perspectiva de maior envolvimento dos docentes com a Formação Continuada e, conseqüentemente, com o Currículo Mínimo e as Matrizes de Referência, propomos um trabalho de colaboração entre os professores inscritos no programa e aqueles que, por qualquer motivo, não se encontram em formação.

É necessário que haja uma articulação entre esses profissionais, de maneira que os cursistas compartilhem, com seus pares, os recursos utilizados em seu estudo, através da troca de materiais e de experiências, multiplicando o conhecimento produzido na Formação Continuada, para o melhor desempenho dos educandos, que poderão usufruir desses benefícios, como sujeitos de uma aprendizagem inovadora e voltada para resultados.

A gestão escolar pode contribuir nessa ação colaborativa, mediando o diálogo entre os docentes e estabelecendo relações entre os profissionais de áreas afins ou distintas, promovendo assim a interdisciplinaridade. Essa ação mediadora servirá para compatibilizar ainda mais o trabalho administrativo, que é exigido cotidianamente dos gestores escolares, com outras dimensões da gestão, tão

importantes quanto a dimensão administrativa, quais sejam: a dimensão pessoal, a pedagógica e a organizacional.

Como, além da Formação Continuada para professores do ensino regular, há outras modalidades de formação oferecidas pela SEEDUC (para professores de Reforço Escolar e da Nova EJA), das quais participam também vários professores da escola, a promoção desses encontros de troca e partilha, entre os docentes, pode se constituir em uma ação fortemente enriquecedora para os indivíduos e para suas práticas, como também para o projeto coletivo da escola e seus resultados. Dentre os diversos docentes, inscritos em cada formação, podem-se indicar alguns para liderarem os momentos de planejamento em grupo, os quais poderão atuar como multiplicadores do conhecimento adquirido.

Ao serem entrevistadas, professoras que fazem a Formação Continuada destacaram a contribuição do curso para o desenvolvimento de seu trabalho, especialmente em relação ao Currículo Mínimo, bem como a variedade e riqueza do material disponibilizado. No entanto, esses recursos estão limitados, praticamente, àqueles que fazem a formação e, se forem compartilhados com os demais professores, podem contribuir para a ampliação do capital cultural dos docentes, em geral, e para um trabalho mais eficiente, em que os saberes e as responsabilidades também são partilhados.

Nota-se que, na atualidade, os professores da escola exercitam pouco essa prática de troca de materiais, atividades, experiências. Apenas entre docentes da mesma modalidade ou disciplina é observado esse compartilhamento de recursos e saberes. Com essa promoção de encontros, para planejamento coletivo, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e modalidades de ensino distintas, certamente, a aplicação do currículo editado pela SEEDUC será ainda mais disseminada e produtiva na escola, haverá uma maior unificação nas atividades e o corpo docente poderá traçar objetivos comuns para os diversos alunos, respeitando-se suas peculiaridades, mas envolvendo-os na mesma busca de conhecimento e crescimento. Assim, é possível que aqueles professores, que desenvolvem uma prática mais individualizada, sejam envolvidos num mesmo plano de trabalho, o que poderá assegurar maior coesão no processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, nos resultados alcançados, independentemente do turno ou modalidade em que estejam esses docentes e seus alunos.

Os encontros de planejamento e repasse das estratégias e materiais desenvolvidos na Formação Continuada deverão acontecer no início de cada bimestre, utilizando-se os tempos, da carga horária dos professores destinada às atividades de planejamento¹⁶. Na escola em análise, há encontros quinzenais de professores por área de conhecimento, para planejamento e organização das atividades. Nesses encontros, será direcionado um tempo para que os professores em formação realizem essa ação multiplicadora. O quadro número 6 mostra as ações desta proposta e seus responsáveis.

QUADRO 6 – Ações, público-alvo e responsáveis pela ação colaborativa de formação docente

Ações	Período	Público-alvo	Responsáveis*
Divulgação e convocação dos professores:	Última semana do bimestre	Professores de cada Área	Direção e Coordenação Pedagógica
Encontro 1 (Humanas)	Primeira terça-feira do mês	Professores da área de Ciências Humanas ¹	Professoras Elena e Laura
Encontro 2 (Linguagem)	Primeira quarta-feira do mês	Professores da área de Linguagem ²	Professoras Amora, Elvira e Karen.
Encontro 3 (Matemática)	Primeira quinta-feira do mês	Professores de Matemática	Professores Júlia e Pedro.
Mediação dos encontros: Professor Articulador Pedagógico			
1: professores de História, Geografia, Filosofia e Sociologia; 2: professores de Português, Produção de Texto, Artes e Educação Física. *Nomes fictícios, utilizados para preservar a identidade dos docentes.			

Fonte: Elaborado pela autora.

Nossa proposta é que, através destes encontros, além de se compartilhar o conhecimento do conteúdo, sejam partilhadas experiências pedagógicas que contribuam para atualizar a prática dos professores, que ainda encontram

¹⁶ Na Rede Estadual do Rio de Janeiro, a carga horária do professor, de anos finais do Ensino Fundamental e de Ensino Médio, deve ser cumprida da seguinte forma:

- Docente I – 16 horas: 12 horas-aula, em efetiva regência de turma; 04 horas-aula de atividades de planejamento;
- Docente I – 30 horas: 22 horas-aula em efetiva regência de turma; 08 horas-aula em atividades de planejamento.

dificuldades em harmonizar o trabalho com o Currículo Mínimo ao seu planejamento, uma vez que cada docente desenvolve suas aulas de maneira diferente, mas considerando que o currículo em questão deve subsidiar e nortear a prática de todos na escola, concorrendo para a unidade do ensino.

Os professores que atendem à Formação Continuada serão convidados, pela direção, a contribuírem com sua experiência nesses momentos de atividade coletiva, orientando os demais colegas quanto às práticas a serem desenvolvidas com o Currículo Mínimo. O material pedagógico de consumo, que se fizer necessário, será disponibilizado pela gestão, utilizando para isso verba da manutenção escolar e os equipamentos tecnológicos já são de uso corrente dos profissionais da escola. Dessa forma, a proposta em curso não exigirá um planejamento orçamentário específico para o seu desenvolvimento, pois os professores estarão em atividade de planejamento, prevista em sua carga horária semanal, e os recursos materiais, pedagógicos ou tecnológicos necessários à execução da proposta, podem ser disponibilizados considerando-se o que a escola possui.

3.2 Para uma adequada apropriação de resultados

Além de envolver os docentes com os programas da Secretaria, ligados ao Saerjinho, é preciso propiciar, aos mesmos, condições para uma correta e competente apropriação dos resultados da escola, de maneira que, entendendo os critérios utilizados nas avaliações estandardizadas, nas escalas de proficiência, nos cálculos que definem índices de desempenho e de fluxo escolar, como também o ranqueamento de alunos e de escolas, possam servir-se desse saber para melhor planejarem seu trabalho, atuando efetivamente no incremento desses resultados.

Como se sabe, a avaliação do desempenho dos alunos é uma forma indireta de os gestores educacionais avaliarem professores, escolas e redes. É necessário, pois, que a escola e os educadores tenham conhecimento da forma como são avaliados, para que esse processo seja utilizado positivamente e não resulte, simplesmente, na rejeição por parte dos envolvidos, o que provocará reações indesejadas e contraproducentes. Conforme afirma VIANNA(2003; p.6):

A avaliação (...) procura, igualmente, estabelecer a eficiência dos sistemas, avaliando, indiretamente, o êxito da ação docente dos professores. Avaliar professores, direta ou indiretamente, é sempre um processo que demanda grande sensibilidade, pois gera múltiplas reações com ressonâncias negativas, qualquer que seja o contexto.

O processo avaliativo, portanto, se não for bem entendido e desenvolvido de maneira apropriada, pode gerar reações negativas causando prejuízo para o próprio processo que, ao invés de contribuir para a melhoria da qualidade educacional, pode se transformar em um entrave no cotidiano escolar. Assim sendo, proporcionar ao docente o conhecimento sobre as avaliações estandardizadas e, por conseguinte, uma reflexão sobre sua própria atuação em face dessas novas formas de avaliação, pode ser um caminho para que as práticas avaliativas cumpram realmente o seu papel de contribuir para a formulação ou reformulação de políticas educacionais.

A proposta desta seção, descrita a seguir, visa, portanto, a possibilitar aos professores uma melhor compreensão dos processos avaliativos, suas funções e objetivos em torno do incremento da qualidade do ensino, as ações que devem ser empreendidas, a partir da correta interpretação de seus resultados, como também o papel a ser desempenhado pelos docentes em todo esse contexto.

3.2.1 Entendendo os processos avaliativos

Em vista da necessidade de levar os atores escolares ao entendimento dos processos avaliativos, pelos quais a escola deve passar, propomos a realização de oficinas e estudo, orientados por técnicos da Diretoria Regional, pela IGT, ou por outros profissionais que disponham de tal conhecimento, para que possam se apropriar dos critérios, compreendendo os diferentes formatos das avaliações que são aplicadas aos alunos – Saerjinho, SAERJ, Prova Brasil, SAEB. Dessa forma, poderão desenvolver estratégias de ensino mais eficazes para a preparação dos educandos e, por outro lado, esclarecer para os mesmos quais os objetivos das avaliações, desfazendo mitos, como: ‘avaliação é para oferecer bônus para professor’; ‘avaliação externa não faz diferença para o aprendizado do aluno’; ‘os alunos não ganham nada com essas avaliações’, entre outros.

Se, atualmente, os alunos da escola já se empenham em comparecer e realizar as avaliações com responsabilidade, ao compreenderem que, através desses exames, podem ser formuladas ou revistas políticas públicas para a melhoria

da qualidade da educação, certamente se sentirão mais comprometidos com o seu aprendizado e, através de suas avaliações, contribuirão para que a escola tenha dados ainda mais seguros sobre o próprio desempenho. Essa orientação dos educandos, quanto à importância das avaliações, será ainda mais eficaz se partir dos professores, com os quais convivem diariamente e com os quais já desenvolveram uma empatia, que pode favorecer o maior envolvimento nos processos avaliativos e, conseqüentemente, o incremento dos resultados. E, para que os professores estejam aptos a orientar seus alunos, é necessário que se apropriem desses dados e tenham domínio desses processos, o que se espera conseguir com a oficina.

Nessas oficinas, os professores deverão ter acesso a material explicativo sobre os modelos das avaliações aplicadas, como são cobradas as habilidades, os métodos empregados na elaboração das questões, diferença entre avaliação censitária e amostral, que avaliações estão ligadas a políticas de responsabilização e que conseqüências estão previstas para os agentes escolares, entre outros conteúdos necessários ao melhor entendimento dos processos.

A partir da análise dos objetivos e desenhos dessas avaliações, espera-se que os atores escolares estejam mais abertos às mesmas, especialmente aqueles que ainda demonstram rejeição a tais exames, e, conseqüentemente, tornem-se mais aptos a contribuir com o processo, atuando como motivadores dos alunos, para envolvê-los numa rede crescente de aprendizagem, com foco em índices mais expressivos, uma vez que esses índices, indiretamente, sinalizam como se dá a prática docente e como é desenvolvido o currículo escolar.

Além disso, esse aprendizado proporcionará aos docentes uma reflexão em torno de sua prática como educadores e avaliadores do desempenho de seus alunos, levando-os a reverem conceitos cristalizados, que não se adéquam mais à educação contemporânea, e a atualizarem métodos e técnicas de avaliação, colocando-os em consonância com as habilidades realmente fundamentais aos alunos de cada nível de ensino.

Nessa proposta, à gestão escolar caberá: buscar professores/oficineiros, aptos a desenvolverem essas atividades com os docentes da unidade, bem como estimular e oportunizar a participação dos mesmos nesses momentos formativos, ajustando os horários na Semana de Planejamento Inicial e fornecendo declarações para que professores que atuam também em outras escolas possam comparecer e

justificar sua ausência nos demais locais de trabalho. Será também necessário viabilizar o acesso a equipamentos tecnológicos da escola, disponibilizando funcionários que operam tais equipamentos para colaborarem com o evento, além de prever no orçamento os gastos com as oficinas, direcionando parte da verba mensal de manutenção escolar para a organização das mesmas e para a compra dos materiais necessários à execução das atividades com o corpo docente.

3.2.2 Detalhamento da proposta:

- Ação: Oficinas sobre avaliações externas
- Período de realização: Semana de Planejamento Inicial
- Local de realização: Salão de eventos da escola
- Público-alvo: professores do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos

Sequência de ações e responsáveis:

- Identificar, convidar e, se necessário, contratar profissionais para as oficinas
Responsável: equipe gestora;
- Preparar material para a oficina
Responsável: equipe pedagógica, de acordo com oicineiro;
- Convocar professores e informar sobre horário, tema e importância da participação no evento
Responsável: equipe gestora;
- Assegurar condições para a realização do evento (preparação do ambiente, equipamentos, lanche e outros necessários)
Responsável: equipe de apoio, sob orientação da gestão escolar;
- Avaliação da oficina: professores e equipe pedagógica.

Investimento previsto:

- R\$ 700,00 (setecentos reais) – valor a ser alocado no orçamento da verba de manutenção escolar, a qual é destinada a gastos com a preservação do espaço físico e com materiais ou atividades pedagógicas.

Vale ressaltar que, geralmente, para esses eventos temos acesso a profissionais da região que cobram um valor simbólico por seu trabalho ou pedem, apenas, que a escola viabilize a confecção do material necessário e meio de locomoção para o local do evento.

Nesse contexto de apropriação sobre as avaliações estandardizadas, à equipe gestora caberá, ainda, mediar o diálogo com os demais atores escolares, promovendo reuniões com os vários setores para esclarecimento sobre as avaliações, bem como sobre a contribuição que cabe a cada servidor, no processo. Deverá, também, inserir na pauta das reuniões de pais, que acontecem no início do ano e bimestralmente, o tema da avaliação, informando aos responsáveis: quando são aplicadas as provas, que alunos são avaliados, qual a importância dos exames para a escola e para a educação em geral, de modo que sejam cada vez mais envolvidos nessas ações promovidas pelos órgãos gestores da educação e se tornem incentivadores dos filhos e parceiros da escola, nos processos, que levam ao conhecimento de toda a comunidade, a realidade vivenciada intramuros escolares.

3.3 Um dia para “Avaliar a Avaliação”

Após esses primeiros passos, no sentido de preparar melhor os atores escolares para lidarem com as avaliações externas, a começar pelo Saerjinho, propomos a inserção de um dia no calendário escolar para a análise dos resultados obtidos pelos alunos, pelas turmas e por toda a escola, com o envolvimento da comunidade no planejamento de ações, a partir do quadro apresentado pelos boletins referentes a cada avaliação.

Desde a implantação do Saerjinho, há uma preocupação da gestão de informar os atores escolares sobre os índices alcançados pela escola, nos sistemas de avaliação. Porém essa informação não parece eficiente, pois os resultados são conhecidos através do quadro informativo, onde são afixados os boletins, emitidos pelo CAEd ou elaborados pela IGT, ou através de reuniões gerais, as quais abarcam vários itens em sua pauta.

Percebe-se, pois, a necessidade de que esses meios de informação sejam aprimorados, de maneira que o maior número possível de atores escolares se

apropriar dos resultados das avaliações e deles possam fazer uso para o crescimento de toda a escola. Sabe-se que nem todos os envolvidos na educação desenvolveram o hábito de ler avisos e, nas reuniões, em que são tratados outros assuntos, as notícias sobre avaliação podem não ser satisfatoriamente assimiladas. Além do mais, não é interessante que as pessoas sejam apenas informadas sobre os resultados, mas é necessário pensar no que será feito com essas informações. Que diferença faz para os atores escolares saber sobre os índices da escola?

É a resposta a essa pergunta que se buscará nesse dia dedicado à análise dos resultados, ao estabelecimento de novas metas e ao planejamento de intervenções para a melhoria da aprendizagem. Para a realização desse evento, será necessário comunicar à instância superior à escola, a Diretoria Regional, pois será necessária a suspensão das aulas, de maneira que todos os professores possam participar. O dia poderá ser dividido em dois momentos: o primeiro, deverá contar com a presença da IGT, da equipe gestora, dos professores e demais profissionais da escola; o segundo momento será aberto aos alunos representantes das turmas e aos responsáveis, que também terão acesso a esses resultados.

A seguir, é apresentada uma sequência de ações necessárias para que o Dia do 'Avaliando a Avaliação' seja produtivo.

3.3.1 A colaboração da IGT

Para a organização do dia da avaliação, será necessária uma preparação de gráficos e boletins que, como mencionado acima, poderão ser extraídos dos dados fornecidos pelo CAEd ou elaborados na escola. Nesta fase da organização, a Integrante do Grupo de Trabalho (IGT) poderá colaborar viabilizando o acesso da equipe gestora a esses demonstrativos de resultados que, talvez, ainda não tenham sido disponibilizados. Esses boletins deverão ser os mais detalhados possíveis, de modo a facilitar a leitura e compreensão de todos os participantes.

Além dessa organização prévia do material, no Dia do 'Avaliando a Avaliação', a IGT poderá participar como mediadora da análise dos dados expostos, uma vez que esta seria uma atividade inerente às suas atribuições, junto à escola.

Os integrantes do GT terão, entre outras atribuições, que (...) realizar treinamento dos envolvidos para que possam executar as ações propostas nos planos de ação pedagógico e ambiental; dar suporte à metodologia,

realizando atividades de apoio, sistematizando as atividades; orientar o gestor e a comunidade escolar na identificação das dificuldades da escola; verificar a execução e eficácia das ações propostas nos planos de ação, com vistas ao alcance das metas estabelecidas; e orientar a definição de ações corretivas para os desvios identificados, bem como o registro e a disseminação das práticas bem sucedidas (SEEDUC, 2012).

Estas atividades específicas da função do IGT estão diretamente ligadas à análise de resultados, ao estabelecimento de metas e ao replanejamento de ações, portanto esta é uma função estratégica que muito tem a contribuir com a realização desse dia de apropriação de resultados. As atribuições da IGT, dessa forma, serão:

- Organizar, em cooperação com a equipe pedagógica ou equipe gestora, o material a ser apresentado no encontro de avaliação;
- Contribuir na construção do banco de dados sobre as avaliações, os quais permanecerão disponíveis para a comunidade, mesmo depois do evento;
- Mediar a leitura e análise dos dados, buscando esclarecer as dúvidas dos participantes e facilitar o entendimento dos fatos essenciais;
- Dar voz aos professores para que, a partir da compreensão dos dados, tenham condições de organizar um plano de intervenção;
- Registrar os fatos marcantes da reunião, especialmente aqueles que poderão ser utilizados na elaboração do plano.

3.3.2 O que caberá à equipe gestora?

A equipe gestora deverá facilitar a organização desse dia, disponibilizando materiais e equipamentos necessários, sensibilizando os servidores da escola para a participação, mediando com a IGT o acesso dos atores escolares aos resultados, para a verificação dos possíveis fracassos e sucessos da escola. Apropriando-se desses resultados, a equipe escolar poderá traçar metas de melhorias e planejar intervenções para uma aprendizagem de resultados: a gestão escolar deve liderar essas discussões, orientando as tomadas de decisão, no sentido de garantir que os processos avaliativos, na escola, sejam usados em prol do crescimento de todos.

O dia do “Avaliando a Avaliação” deve funcionar como um momento de reflexão, que leve à mudança de hábitos ultrapassados de avaliação e a uma real apropriação de resultados, para a consolidação do Saerjinho como um processo

diagnóstico que impacta positivamente a concepção de avaliação interna e externa da escola, possibilitando a adoção de novas práticas.

3.3.3 Cronograma de ações: dia do “Avaliando a Avaliação”

O dia destinado à análise de resultados e estabelecimento de metas deverá acontecer logo que forem publicados, pelo CAEd, os índices alcançados pela escola na avaliação do SAERJ. Em geral, esses resultados são publicados no início do segundo bimestre letivo de cada ano. Portanto, o “Avaliando a Avaliação” deverá ser agendado para o início do terceiro bimestre, no retorno dos professores às atividades, após o recesso escolar. Dessa forma, os responsáveis pela condução da atividade terão tempo hábil para preparar o evento e as ações planejadas no mesmo poderão ser efetivadas até a chegada dos próximos resultados, quando será feita a comparação dos dados e o replanejamento de ações.

O quadro de número 7, a seguir, apresenta esta proposta de maneira sistematizada, com as ações, o período de realização de cada etapa e os respectivos responsáveis.

QUADRO 7 – Avaliando a Avaliação: cronograma de ações e responsáveis

Ações	Período	Responsáveis
Elaboração dos boletins de resultados	2º bimestre	IGT e Equipe gestora
Agendamento do evento e comunicação à Regional	Mês de Junho	Equipe gestora
Confeção de material para convocação e convites	Mês de Julho	Professor de Informática
Convocação dos atores escolares	Mês de Julho	Equipe gestora
Convite aos alunos Representantes e aos Responsáveis	Mês de Julho	Equipe pedagógica
Organização da escola para o evento	2ª quinzena de Julho	Equipe de Apoio
Dia do “Avaliando a Avaliação”		
Ações	Responsáveis	
Apresentação dos resultados à equipe escolar	IGT e Equipe gestora	
Condução das discussões e organização de um plano de intervenções	Equipe gestora, pedagógica e professores	
Apresentação dos resultados aos alunos e pais	Equipe gestora e alguns professores	
Registro das sugestões para o plano de intervenções	Equipe pedagógica	

Fonte: Elaborado pela autora

Para a convocação dos servidores da escola, como também para convidar os alunos representantes e os responsáveis será necessária a confecção de *folders* e *banners* explicativos e de sensibilização. A confecção desses informativos será confiada ao professor de Informática da escola, que completa sua carga horária como professor articulador pedagógico¹⁷, pois não há número de aulas suficiente para o mesmo. O material utilizado para esses meios de divulgação será adquirido com verba de manutenção que, como mencionado anteriormente, deve ser destinada também a materiais ou eventos pedagógicos.

É importante recordar que, a cada ano, a escola recebe, por meio de publicação em diário oficial do estado do Rio, as metas a serem alcançadas ao final do ano letivo, considerando o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nas avaliações externas. Essas metas nortearão a montagem do plano de intervenções,

¹⁷ Professor Docente I, com carga horária disponível. O Articulador Pedagógico dá suporte às ações pedagógicas, auxiliando o coordenador ou o professor em planos de intervenção pedagógica e de superação de desafios de aprendizagem, entre outros (RIO DE JANEIRO, 21/03/2012).

que deve sensibilizar a comunidade em torno do acompanhamento da evolução da escola, para que os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem sintam-se responsáveis pela melhoria da qualidade do trabalho educativo realizado e percebam as avaliações de larga escala como instrumentos fundamentais para esse processo de crescimento.

3.4 Articulando as propostas

As propostas previstas neste plano de ação se articulam em torno da aplicação e desenvolvimento adequado do Currículo Mínimo, do melhor entendimento dos processos de avaliações externas, aos quais a escola é submetida, e da correta apropriação de seus resultados, para uma profícua utilização dos mesmos, em prol da melhoria da qualidade do ensino que é oferecido pela unidade escolar, foco desta pesquisa.

Através dos encontros de planejamento coletivo, em que será oportunizada a multiplicação dos recursos e da metodologia empregada na Formação Continuada da SEEDUC, os professores das várias disciplinas terão condições de aplicar, de maneira mais eficaz, o Currículo Mínimo contribuindo para o melhor desempenho dos alunos, no Saerjinho e também no SAERJ final.

Com as oficinas sobre as avaliações externas, será possível articular o Currículo a essas avaliações, fazendo-se a conexão das competências e habilidades desenvolvidas com as questões apresentadas nos exames e com a escala de proficiência utilizada nos processos avaliativos. Chegando ao dia do “Avaliando a Avaliação”, esses conhecimentos prévios serão de grande utilidade para a compreensão dos resultados da escola, para a análise do desempenho dos alunos e das turmas e, conseqüentemente, para a formulação de um plano de intervenções que contribua, efetivamente, para que o Saerjinho seja um instrumento para o diagnóstico das dificuldades e para a consolidação de habilidades e competências necessárias ao incremento da aprendizagem, pela melhoria da qualidade do ensino que é fator decisivo na busca de melhores índices para a escola.

3.5 Considerações finais

A presente pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de verificar o impacto do Saerjinho em uma escola da Regional Noroeste Fluminense. Mesmo enfrentando as dificuldades de desenvolver o trabalho em um ambiente conhecido e familiar, não nos furtamos a aceitar o desafio que se apresentou durante todo o desenvolvimento do trabalho: aproximar para conhecer e afastar para analisar. Certamente, como prenunciado na introdução, há no texto sinais dessa familiaridade entre pesquisadora e ambiente pesquisado, mas acreditamos que tais resquícios não ferem a essencialidade do trabalho apresentado e é possível concluir que os objetivos que nortearam a pesquisa foram alcançados.

Pelas palavras dos docentes que reponderam à entrevista realizada, foi possível constatar que o Saerjinho causou um impacto positivo nas concepções e formas de avaliação da escola, mas que ainda falta uma adequada apropriação de seus resultados e, também, dos resultados de outras avaliações de larga escala, que trazem consequências de responsabilização para os atores escolares. Essa constatação leva-nos a outro dado importante: se a escola ainda não tem o conhecimento necessário a uma eficiente e correta apropriação de seus resultados, também não os utiliza de maneira eficaz e produtiva para a devida correção de rumos, que deve decorrer dos processos avaliativos.

Assim, a proposta do plano de ação, aqui apresentado, está ligada a um melhor aproveitamento das experiências e conhecimentos produzidos pelos professores e também ao desenvolvimento de competências de leitura e interpretação de resultados, para a correta e eficaz utilização dos mesmos em prol da melhoria da qualidade do ensino ministrado na escola em análise.

As ações do plano deverão, no entanto, ser monitoradas para a verificação de sua eficácia na ampliação do entendimento dos atores escolares sobre as avaliações de larga escala e sobre a influência dessas num sistema processual de mudanças no fazer pedagógico, que não visem apenas a preparar os alunos para os testes, mas contribuam de maneira consistente na evolução da prática educativa exercida pelos professores e na eficiência do aprendizado construído pelos alunos.

É importante ressaltar que as ações empreendidas em educação geram resultados a médio ou longo prazo e que precisam de ajustes constantes para que

alcancem seus objetivos. Dentro do Programa de Educação do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 2011, com vistas a melhorar efetivamente a educação fluminense, o Saerjinho tem um destaque específico, justamente, por se tratar de uma política que busca resultados rápidos, para uma intervenção imediata. A presente pesquisa tem a intenção de contribuir, portanto, para que o Saerjinho se consolide como instrumento de mudanças estratégicas dentro da escola pesquisada e que, sendo sua experiência positiva e o plano de ação eficaz, possam ser compartilhados com outras unidades, para a criação de uma rede de informação e de conhecimento que interfira positivamente na elevação da qualidade da educação.

Em toda esta proposta de ação, ressalta-se a importância da participação dos professores, como agentes diretamente ligados a toda política de melhoria da educação, como também o valor da liderança exercida pelo gestor escolar, principal mediador das relações interpessoais dentro da escola, ao qual cabe a tarefa de sensibilizar e reunir os servidores, sob sua gestão, em um projeto coletivo em torno da atividade-fim da escola.

Ademais, sabendo-se da impossibilidade de um único trabalho de pesquisa alcançar todos os aspectos e resultados de uma política em curso e sendo o Saerjinho uma política de implementação recente na Rede Estadual de Ensino, é certo que o estudo encontrou limitações e que outros caminhos de investigação se abrem para os que desejarem conhecer ainda melhor os efeitos dessa ação estratégica da SEEDUC, na busca constante de melhores indicadores para a educação realizada no estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alícia; SOUZA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/47883/51613>. Acesso em 01 mai. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF. 1996.

CAED/UFJF; Secretaria de Estado de Educação. **Revista Saerjinho.** Juiz de Fora – MG, 2011.

_____. **Saerjinho.** Disponível em www.saerjinho.caedufjf.net. Acesso em 15 set. 2012.

_____. **Resultados do SAERJ 2012.** Disponível em <http://www.saerj.caedufjf.net/saerj>. Acesso em 15 mai. 2013.

CARDOSO, C.; CUNHA, F. **Gestão estratégica de equipes de trabalho.** Recife: TGI, 1993.

CUNHA, Manuel Fernando Palácios de Melo e, *et al* (Orgs.). **Casos de Gestão, políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro.** Juiz de Fora-MG: FADEPE/CAEd, 2012.

G1. **Secretaria denuncia boicote ao Saerjinho.** 15 de julho de 2011. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro>. Acesso em 02 dez. 2012.

GODOY, Maria H. Pádua Coelho de; MURICI, Izabela Lanna. **Gestão Integrada da Escola.** Nova Lima-MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 2009.

INEP, Portal. **Indicadores Educacionais.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 22 out. 2012.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PACHECO, José Augusto. **Currículo, Aprendizagem e Avaliação.** Uma abordagem face à agenda globalizada. In Revista Lusófona. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/2366>. Acesso em 25 mai. 2013.

QEdU. **Evolução do aprendizado na escola.** Disponível em <http://www.qedu.org.br>. Acesso em 21 mai. 2013.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Educação. **Planejamento estratégico**, 2011. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 09 nov.2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **ESTABELECE PROGRAMAS PARA O APRIMORAMENTO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - Decreto Nº 42.793**. DOERJ, de 07 jan. 2011

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Lei n.º 4.778 DE 20 DE MARÇO DE 2012: Regulamenta a estrutura básica das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino**. DOERJ, de 21 mar. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 4669 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2011: Regulamenta Bonificação**. DOERJ, de 07fev. 2011.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Bonificação por Resultados – 2012**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 06 dez. 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **PRONATEC**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 08 dez. 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Renda Melhor Jovem**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 09 dez. 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Programa Jovens Turistas**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 11 dez. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Estrutura básica da Secretaria de Estado de Educação. DECRETO Nº 42.838**. DOERJ, de 04 fev. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **SAERJ - Resolução SEEDUC Nº 4.437**, DOERJ, de 29 mar. 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Saerjinho 2011 - Saiba aqui todas as vantagens de participar dessa avaliação**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 02 nov. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **MESTRADO EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**. Resolução SEEDUC Nº 4709, de 27 de julho de 2011. DOERJ, de 28 jul. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **FORMAÇÃO CONTINUADA**. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 03 nov. 2012.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Planejamento estratégico**, 2011. Disponível em <http://www.educacao.rj.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Decreto 42.838, de 04 de fevereiro de 2011**. DOERJ, de 07 jan. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 174, de 26/08/2011**. DOERJ, de 27 ago. 2011.

SEEDUC em números – Transparência em Educação. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/912504/DLFE49601.pdf/CONTEUDO>. Acesso em 13 jun. 2013.

VIANNA, Heraldo Marelin. **Artigo: Avaliação Nacional em larga escala**. São Paulo – SP: Fundação Carlos Chagas, 2003.

WITTMANN, Maria José de Moraes. **Avaliação da Educação Básica em Larga Escal em nível nacional: previstos e acontecidos**. PPGEdu/UNISINOS – INEP/CAPE. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008>. Acesso em 24 abr. 2013.

APÊNDICE

Proposta de entrevista:

Professor,

Este é um trabalho de pesquisa que visa a detectar os efeitos da implantação do Saerjinho em sua escola. Por isso, responda às seguintes perguntas da maneira mais objetiva, clara e realista possível. Isso contribuirá, de maneira relevante, para o alcance dos objetivos da pesquisa.

1. Você percebe mudanças na rotina escolar, a partir da implantação do Saerjinho, desde 2011? Quais?
2. No desenvolvimento de seu trabalho, você adota alguma prática relacionada ao Sistema de Avaliação do Saerjinho? Descreva.
3. Quais os efeitos do Saerjinho na aprendizagem dos alunos?
4. Na sua opinião, qual a relação entre a implantação do Saerjinho e o posicionamento de professores e alunos em relação às avaliações externas (SAERJ, Prova Brasil) e, conseqüentemente, ao IDERJ e o IDEB?
5. Após a realização da avaliação bimestral do Saerjinho, há na escola um trabalho de análise e utilização dos resultados, com vistas a possíveis intervenções?
6. Os objetivos do Saerjinho são: diagnóstico das dificuldades dos alunos e intervenção antes da avaliação anual – o SAERJ. Que ações você consideraria necessárias para que o Saerjinho alcance plenamente seus objetivos?

ANEXO

Matriz¹⁸ de Referência de Matemática – SAERJ 2012 9º ano do Ensino Fundamental	
I. ESPAÇO E FORMA:	
D01	Identificar a localização/movimentação de objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas.
D03	Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.
D07	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.
D10	Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).
D12	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.
D13	Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas.
D14	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.
	(...)

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAED (2012).

Matriz de Referência de Matemática – SAERJINHO 2012 9º Ano do Ensino Fundamental				
Habilidades		B1¹⁹	B2	B3
I – ESPAÇO E FORMA				
H01	Identificar a localização/movimentação de objetos em mapas, croquis e outras representações gráficas.	X		
H02	Identificar figuras semelhantes mediante o reconhecimento de relações de proporcionalidade.	X	X	X
H84	Resolver problemas utilizando o teorema de Tales	X	X	X
H03	Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.	X		
H07	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.	X	X	X
H10	Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).	X		
H12	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.	X		
H88	Associar pontos num plano cartesiano as suas coordenadas e vice-versa.			X
H14	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não-retos.	X		
	(...)			

Fonte: Adaptado pela autora, a partir de dados do CAED (2012).

¹⁸ Aqui são apresentados apenas recortes das Matrizes de Matemática (do SAERJ e do Saerjinho), para uma comparação. As Matrizes completas abrangem ainda outras habilidades.

¹⁹ B1, B2, B3: Bimestres em que a habilidade será avaliada.